



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

ADILSON DOS RAMOS

**RECURSOS EXTERNOS: UM PARADIGMA EM DISCUSSÃO NO CONTEXTO
DAS BIBLIOTECAS DA UFPE**

Recife

2014

ADILSON DOS RAMOS

**RECURSOS EXTERNOS: UM PARADIGMA EM DISCUSSÃO NO CONTEXTO
DAS BIBLIOTECAS DA UFPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Conhecimento Tecnológico e Relações Sociais.

Orientador: Profº Dr. Marcelo Almeida Medeiros.

Recife

2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

R175r

Ramos, Adilson dos

Recursos externos: um paradigma em discussão no contexto das bibliotecas da UFPE / Adilson dos Ramos. - Recife: O Autor, 2014.

117 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Almeida Medeiros.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

Inclui referências.

1. Bibliotecas – Finanças. 2. Bibliotecas – Administração. 3. Bibliotecas – Planejamento. 4. Bibliotecas e empresas. 5. Bibliotecas – Serviço de Aquisição. I. Medeiros, Marcelo Almeida (Orientador). II. Título.

351 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 111)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Adilson dos Ramos** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “**RECURSOS EXTERNOS: UM PARADIGMA EM DISCUSSÃO NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS DA UFPE**” orientada pelo Professor Marcelo de Almeida Medeiros e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Marcelo Almeida de Medeiros
Presidente

Charles Ulises de Montreuil Carmona
Examinador Interno

Maria Cristina Guimarães Oliveira
Examinadora Externa

Recife, 21 de Julho de 2014

Prof. Dr. Charles Ulises De M. Carmona
Vice Coordenador do MGP
SIAPE: 22264671

Dedico a minha mãe, **Luciene Maria Ramos**, grande aliada e amiga, sempre presente nos momentos mais difíceis e felizes de minha vida. Sem ela, esta realização não seria possível.

AGRADECIMENTOS

À Sabedoria Suprema do Universo, conhecida por vários nomes: Deus, Jeová, Javé, Olorum, Alá, entre outros. Sabedoria que sempre se mostrou presente, emitindo bons fluídos e energias positivas nos momentos variados de dificuldades, de persistências e de alegrias.

Existem pessoas marcantes na minha trajetória, pessoas tão significativas, onde algumas delas nem dão e nunca deram conta de suas importâncias na minha vida: Minha mãe Luciene Maria Ramos, com sua pouca escolaridade, fez esforços sobre-humanos para nos colocar e nos manter, eu e minha irmã Ananeri, na escola; meu pai, Cícero dos Ramos (in memoriam) que, com todas as dificuldades financeiras, nunca nos faltou o apoio material e moral para seguirmos nosso caminho; minha irmã, Ananeri que testemunhou e testemunha tantos momentos marcantes em minha história; minha “filha do coração” Alanna que a vida me presenteou com muito amor; minhas avós Lia e Maria (in memoriam) que, em vida, sempre estiveram firmes e carinhosamente presentes na minha história; meus tios Ramos e Fátima que sempre expressaram orgulho por ter um sobrinho com nível superior concluído; meu tio Tuta (in memoriam) sempre apoiando minha família nos momentos de dificuldades quando eu e minha irmã éramos crianças.

A família para qual a vida me adotou: Dalvina, Alicinha, Dona Zezé e seu Bira (mães e pai do coração) e Robelho (irmão do coração e grande amigo).

Meus amigos da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e da Igreja: Pe. Hélio Nascimento, Pe. Tadeu, Pe. Elias Ramalho, Pe. Expedito, Ir. Luzia (in memoriam), Simão, Ricardo Barros, Girlane, Rosa Marques, Ceça Reis, Gilson Reis, Claudilene (Cau), Betânia, Valmir, Jailson Oliveira, Hindemburgue, Tarcísio, Fábio, Edna, Normando, Nadiel, Cláudia Ferreira, Cristina Ferreira, Daniel, Artur, Dema, Graça, Gercilene, Sevi e todo o grupo de jovens da igreja de São Bartolomeu, Paróquia da Mangabeira.

Meus amigos do pré-vestibular do Colégio Especial, onde tudo começou: Ilma, Alex, Artur, Juliana, Djalma, Eloíde e Camilo.

Aos grandes amigos: Carlos Germano, Isa, Wilson, Cirleide, Lela, Nilza, Bete, Niedja, Mercinha, Ernani, Morféia, Joana, Zumba, Cristina, Nalva, Ana e Rose essas

últimas grandes companheiras na minha antiga casa, o Hospital da Restauração, entre tantos que partilharam comigo momentos difíceis e também felizes, e à saudosa Edja (in memoriam) que com tanto carinho cuidou dos comes e bebes no dia da defesa desta dissertação.

Amigos da TV Tribuna, TV Guararapes (atual TV Clube) e TV Globo.

Amigos da Escola Rosa de Magalhães Melo, do Centro Interescolar Almirante Soares Dutra, e do curso de Radialismo da antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco; amigos da graduação em Biblioteconomia e da Especialização em Arquivo da UFPE, e também do Mestrado em Gestão Pública da UFPE, especialmente, Andréia, Edna, Gerlando, Lino, Otávio, Vagner, Edecio, Morgana e Evanise, entre outros.

Aos colegas de profissão e de trabalho que seguraram as pontas na Coordenação da Biblioteca durante minha ausência Andréia, Kátia, Giseani, Janeide e Francisco, e demais servidores, bolsistas, e terceirizados da Biblioteca do Centro de Educação, como também ao Diretor Elilson Góis e toda a equipe do SIB/UFPE.

A minha ex-coordenadora, a bibliotecária Mônica Uchôa, sempre compreensiva e solidária para que eu desse conta das atividades do Mestrado.

À Prof^a Zélia Porto e Graça, ambas do NUPEP/CE que me prestaram grande apoio durante a fase inicial desta caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Marcelo Almeida, que sempre me apoiou e prestou a orientação necessária durante a elaboração desta dissertação.

Aos Professores Denilson Marques e Cristina Oliveira por suas valiosas contribuições.

Ao Prof. Daniel Rodrigues, Diretor do Centro de Educação, por compreender minha situação e por estar sempre disponível a prestar-me apoio.

À banca examinadora: Prof. Marcelo Almeida (orientador), Prof^a Cristina Oliveira (examinadora externa), Prof. Charles Carmona (examinador interno), Prof. Diogo Helal (suplente interno), e Prof. Daniel Rodrigues (suplente externo) por aceitarem finalizar comigo esta etapa de minha vida.

Ao MGP e à Universidade Federal de Pernambuco.

As pessoas têm medo das mudanças.
Eu tenho medo que as coisas nunca mudem.

(HOLANDA, Chico Buarque de. 2010 – 2014)

RESUMO

Aborda a utilização de recursos externos em bibliotecas universitárias federais como um paradigma a ser discutido no SIB/UFPE, a partir da necessidade de investimentos em infraestruturas de pesquisas nas bibliotecas. Possui como objetivo geral: trazer elementos que possam suscitar uma discussão sobre a possibilidade de investimentos nas bibliotecas da UFPE com a utilização de recursos externos. Trata-se de estudo de natureza exploratória e qualitativa. Tem como campo de pesquisa a FINEP e o BNDES. A população-alvo é representada pelo SIB/UFPE; e a população estudada, as agências oficiais de fomento, e respectivos fundos setoriais: o CT-INFRA da FINEP e o Programa Preservação de Acervos do BNDES. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e analisados de forma qualitativa pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados obtidos revelam uma literatura escassa sobre o tema nas bibliotecas universitárias federais, abrindo caminho para mais pesquisas nesse e em outros contextos. Mostram que os elementos necessários à discussão do tema nas bibliotecas da UFPE estão relacionados a 1) elementos de diretrizes nos quais as bibliotecas da UFPE podem enquadrar-se, como as diretrizes dos fundos setoriais CT-INFRA da FINEP, e do Programa Preservação de Acervos do BNDES; 2) elementos de crise, como os de intervenções internas e externas na educação superior do Brasil, acarretando em mais elementos como a escassez de recursos para as universidades federais e SIB/UFPE; 3) elementos de reflexão a investimentos, como os ambientais no sentido do exame das possibilidades de futuro e do repensar as bibliotecas em relação ao lugar, aos produtos e serviços de informação; os elementos tecnológicos e os comportamentais no sentido da mudança de perfil dos usuários e de comportamento dos profissionais das bibliotecas. Assim, sugere-se que esta pesquisa abra caminho para outras pesquisas sobre o tema, e também para novos investimentos com recursos externos no SIB/UFPE. Além de propor a formação de um grupo de trabalho (GT) ou comissão a fim de promover uma discussão sobre investimentos nas bibliotecas da UFPE com recursos externos.

Palavras-chave: Bibliotecas – financiamento. Gestão de bibliotecas. Paradigma do Acervo. Paradigma da informação.

ABSTRACT

Discusses the use of external resources in federal university libraries as a paradigm to be discussed in the SIB / UFPE from the need for investment in infrastructure of research in the libraries. Its general objective is to bring elements that can raise a discussion on the possibility of investment in libraries UFPE with the use of external resources. It's study of exploratory and qualitative nature. It has as a research field FINEP and BNDES. The target population is represented by the SIB / UFPE; and the population studied, official agencies, and their sectorial funds: CT-INFRA FINEP and Archives Preservation Program BNDES. The research data were collected through literature and documents, and qualitatively analyzed by the technique of content analysis. The results reveal few literatures about the subject in federal university libraries, paving the way for further research in this and other contexts. It shows that the elements necessary to discussion of the topic in libraries UFPE are related to 1) elements of guidelines in which libraries can UFPE to fit, as the guidelines of the sectorial funds from FINEP CT-INFRA, and Preservation Archives Program BNDES; 2) elements of crisis, such as internal and external interventions in higher education in Brazil, resulting in more elements such as the scarcity of resources to the federal universities and SIB / UFPE; 3) elements of reflection investments, such as environmental sense in examining the possibilities of future libraries and rethink about the place, the products and information services; technological elements and behavioral change towards the users profile and behavior of staff of the libraries. So, it is suggested that this research paves the way for further research on the subject, and also for new investments with external resources in SIB / UFPE. Besides proposing the formation of a working group (WG) or commission to promote a discussion about new investments in libraries UFPE with external resources.

Keywords: Libraries - funding. Library management. Paradigm Collection. Paradigm information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – Estratégias para o aumento de recursos na UFPE.....	51
Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013.....	52
Quadro 03 – Preservação de Acervos recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013	56
Quadro 04 – Ações do PDI/UFPE para bibliotecas 2009 – 2013.....	60
Quadro 05 – Dados coletados	75
Quadro 06 – Elementos de Diretrizes.....	86
Quadro 07 – Elementos de Crise.....	87
Quadro 08 – Elementos de reflexão sobre investimentos.....	90

LISTA DE SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BACEN	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIREME	Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CCB	Código Civil Brasileiro
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMV	Comissão de Valores Imobiliários
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTN	Código Tributário Nacional
C&T	Ciência & Tecnologia
C,T&I	Ciência, Tecnologia & Inovação

DIM	depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FAP	Formulário para Apresentação de Propostas
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP	Fundo de Financiamento de Projetos de Programas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FPF	Fundo Público Federal
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
FUNTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
FVA	Fundo Verde-Amarelo
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICTs	instituições científicas e tecnológicas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento
MPU	Ministério Público da União

OCLC	Online Computer Library
PDBCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEI/UFPE	Plano Estratégico Institucional da UFPE
PIB	produto interno bruto
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNBU	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REBAE	Rede de Bibliotecas da área de Engenharia
REENGE	Programa de Reengenharia do ensino da Engenharia
SAB	Sistema de Automação de Bibliotecas
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIB/UFPE	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco
TICs	tecnologias da informação e da comunicação
TN	Tesouro Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USAID	Aliança para o Progresso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS EXTERNOS	20
2.1 A FINEP	22
2.2 O BNDES	23
2.3 FUNDOS SETORIAIS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO	25
2.3.1 Fundo Setorial CT- INFRA / FINEP	30
2.3.2 Programa Preservação de acervos / BNDES	31
2.4 Fundações de apoio: um elo entre as IFES e as agências de fomento	32
2.4.1 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE)	34
3 PARADIGMAS, REDUÇÃO DE VERBAS E OUTRAS FONTES DE RECURSOS	38
3.1 A REDUÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS E O DESENCADEAMENTO DE UM NOVO PARADIGMA DE FINANCIAMENTO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	42
3.2 A MUDANÇA DE PARADIGMAS E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO NO SIB/UFPE	57
4 REPENSAR AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PERSPECTIVA DE NOVOS INVESTIMENTOS	61
4.1 NOVOS ESPAÇOS E PRODUTOS INFORMACIONAIS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	67
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
5.1 NATUREZA DA PESQUISA	72
5.2 CAMPO DA PESQUISA	72
5.3 POPULAÇÃO	73
5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	73

5.5 COLETA DOS DADOS	73
5.6 ANÁLISE DOS DADOS	81
6 ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE INVESTIMENTOS NAS BIBLIOTECAS DA UFPE COM RECURSOS EXTERNOS: A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

O trabalho discute a utilização de recursos externos aplicados em bibliotecas universitárias como um paradigma em elevação, em consequência da crise do paradigma vigente de financiamento das universidades federais, representado pela redução das verbas repassadas pela União para as universidades federais.

As bibliotecas são obrigadas a reconfigurar-se e adotar processos alinhados às tendências paradigmáticas macro e microambientais, atuando dentro dos limites impostos pela escassez dos recursos, onde são obrigadas a adaptar-se à política do Governo Federal.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) não é diferente. A sugestão de Melo (2013) em fixar dotação orçamentária para as bibliotecas é um fator a mais para as bibliotecas recorrerem a outras fontes de recursos.

Evidência de que o atual modelo de gestão de recursos, voltados ao Sistema de Bibliotecas da UFPE (SIB/UFPE), apresenta sinais de insuficiência para investir nas necessárias reconfigurações das unidades.

Continuando, a autora sugere que é oportuna ao SIB/UFPE, a possibilidade de recursos próprios no sentido de torná-lo referência no atendimento com qualidade aos usuários em âmbito de Norte-Nordeste, como consta no Planejamento... (2011).

No Art. 23 da Lei 10.098 de 2000, há referência sobre a necessidade de utilização de dotação orçamentária para suprimir deficiências relacionadas a infraestruturas, o que confirma a sugestão de Melo (2013).

A Administração Pública Federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso. (BRASIL, 2000, não paginado).

A Lei 10.098/2000 não prevê valores ou percentuais mínimos. Se houvesse uma definição nesse sentido, possibilitaria às bibliotecas considerarem os percentuais em seus orçamentos e planos de ações.

Além da dotação orçamentária, a Lei 10.098/2000, no Art. 21, também prevê ações e programas financiados por agências de fomento, fator chave do nosso estudo, enquanto paradigma que se eleva no contexto das bibliotecas universitárias

federais, porque sinaliza oportunidade aos gestores e bibliotecários de elaborar projetos voltados à reconfiguração das unidades.

A oportunidade inclui projetos também voltados às reconfigurações de espaços para atender a pessoas portadoras de deficiências, tanto em relação ao acesso às dependências das bibliotecas, quanto à utilização das tecnologias informacionais, como previsto na Lei 10.098/2000:

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;

II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;

III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade. (BRASIL, 2000, não paginado).

Mesmo diante das formas de financiamentos apresentadas: a adoção de dotação orçamentária fixa para as bibliotecas, conforme Melo (2013) e as ações e programas financiados por agências de fomento, conforme previsto na Lei 10.098/2000, Art. 21, e que fazem parte da política de financiamento com recursos externos da UFPE, esta pesquisa optou em trabalhar com a segunda forma de financiamento, como um ensejo que merece ser discutido no SIB/UFPE na perspectiva de solução dos problemas resultantes da escassez de recursos.

Recursos pouco explorados pelo SIB/UFPE, na medida em que se verifica a necessidade de mais investimentos em infraestruturas para o desenvolvimento de pesquisas nas bibliotecas.

Portanto, a problemática trabalhada nesta pesquisa é o fato de que a redução do repasse de verbas do Fundo Público Federal (FPF) não influenciou, de forma significativa, as bibliotecas a acompanhar a UFPE no processo de captação de recursos externos oriundos da FINEP e do BNDES, no período de 2004 a 2013.

Assim, foi adotado como objetivo geral: trazer elementos que possam suscitar uma discussão sobre a possibilidade de investimentos nas bibliotecas da UFPE com a utilização de recursos externos.

Para operacionalizar o objetivo geral, a pesquisa se propôs a seguir os objetivos específicos:

- a. verificar elementos de diretrizes que operacionalizam o financiamento de projetos por parte das agências de fomento, elementos nos quais as bibliotecas universitárias federais possam enquadrar-se;
- b. Identificar elementos de ordem institucional, internos e externos à UFPE, que sinalizam crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE;
- c. averiguar elementos de ordem ambiental, tecnológico e comportamental que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE.

O estudo adotou como questão norteadora: Que elementos podem ser considerados numa discussão sobre a possibilidade de investimentos nas bibliotecas da UFPE com a utilização de recursos externos?

A população estudada foram as agências oficiais de fomento, e respectivos fundos setoriais: o CT-INFRA da FINEP e o Programa Preservação de Acervos do BNDES.

O estudo supõe que a inadequada infraestrutura das bibliotecas da UFPE precisa passar por uma discussão, subsidiada por elementos que abranjam as causas e possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo SIB/UFPE.

Acredita-se que, entre os elementos, o monitoramento das oportunidades ao redor das bibliotecas da UFPE é fundamental para intensificar a utilização de outras fontes de recursos, a fim de financiar projetos e ações em todo o SIB.

É uma oportunidade para o SIB/UFPE refletir sobre as consequências da Reforma do Estado, implantada no Governo FHC, no sentido das bibliotecas da UFPE buscarem saídas para as dificuldades geradas pela transição lenta de paradigmas, como constatado por Melo (2013) e que, conseqüentemente, resultam na atuação dos bibliotecários com foco ainda no paradigma do acervo.

Por sua vez, permite ao SIB/UFPE também refletir sobre o tipo de biblioteca a construir-se num ambiente em constantes mudanças paradigmáticas do ponto de vista das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), em contraponto a uma política de financiamento em elevação praticada na UFPE, e de pouca utilização pelas bibliotecas.

Como consequência, possibilita enriquecer a literatura com um tema precariamente abordado na Biblioteconomia, e abre perspectiva de gerar novas produções intelectuais sobre o assunto, na medida em que é estendido a outros tipos de bibliotecas.

O estudo também é relevante por verificar caminhos que apontam para a disponibilização de serviços e produtos de informação em ciência, tecnologia & inovação (C,T&I) a partir das bibliotecas, no sentido das unidades intensificarem a disponibilização de espaços estruturados tecnologicamente, e condicionados a contribuir para o desenvolvimento de pesquisas.

A dissertação se apresenta em sete capítulos: o primeiro trata do tema, da problemática, dos objetivos da pesquisa, da justificativa no sentido da contribuição para a UFPE, para a sociedade, e para a literatura da área de Biblioteconomia.

O segundo capítulo trata da estrutura e do funcionamento das agências oficiais de fomento. Como também, da relação das agências com as universidades federais, procurando observar como as bibliotecas universitárias federais podem enquadrar-se nas políticas estabelecidas pelas referidas agências.

O terceiro capítulo faz uma reflexão sobre possíveis resultados causados pela redução do repasse das verbas do Governo Federal para a educação superior, verificando, a influência desses resultados nas formas de financiamento das bibliotecas da UFPE.

O quarto capítulo aborda o paradigma além do contexto científico, atrelado ao financiamento em bibliotecas universitárias, na perspectiva de investimentos a fim de maximizar o uso de produtos e serviços em pleno contexto de mudanças tecnológicas. Como também, averigua elementos que remetem a reflexões sobre novos investimentos nas bibliotecas da UFPE.

O quinto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos como a natureza, o campo de pesquisa, a população, os instrumentos de coleta dos dados, a organização e a análise dos dados.

O sexto capítulo trata da interpretação dos dados, apresentando os elementos que respondem à pergunta norteadora desta pesquisa, ou seja, os elementos que podem subsidiar uma discussão no SIB/UFPE sobre investimentos nas bibliotecas com recursos externos.

O sétimo capítulo aborda as Considerações Finais, refletindo sobre os resultados, as inferências e conclusões suscitadas com a pesquisa. Aponta sugestões a fim de subsidiar uma discussão sobre a utilização de recursos externos nas bibliotecas da UFPE.

2 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS EXTERNOS

As políticas de financiamento em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades federais, passam por transições significativas que as obrigam a adequar-se às mudanças decorrentes de uma concepção de sociedade, alicerçada na informação enquanto insumo estratégico para a produção.

Nesse processo de adequação, as universidades federais buscam novas formas de financiamentos, representadas pela utilização de fontes de recursos externos para investimentos em infraestruturas de pesquisas.

Entre os elementos que compõem as fontes de recursos externos estão as agências oficiais de fomento. Elas integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN), na modalidade de instituições não bancárias. Conforme a FEBRABAN (2009), o SFN é um conjunto de órgãos regulamentadores das operações de circulação da moeda e do crédito na economia.

Ainda, segundo a FEBRABAN (2009), o SFN é composto de dois subsistemas:

- Normativo: estabelece regras, parâmetros e diretrizes para o funcionamento do SFN. Composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Instituições Especiais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal).
- Operativo: operacionaliza a transferência de recursos entre fornecedores de fundos e tomadores de recursos. É composto pelas instituições bancárias e não bancárias, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), e as instituições não financeiras e auxiliares.

De acordo com Myama (2014), as agências de fomento usam recursos próprios para conceder empréstimos e financiamentos, também utilizam títulos de dívidas para financiarem-se com empresas e depois conceder créditos.

A Resolução nº 2828/2001 do CMN dispõe sobre a constituição e funcionamento das agências de fomento, submetendo-as à regulamentação do BACEN, conforme o Art. 1º.

No parágrafo 1º, II do Art. 1º, e para os efeitos da Resolução nº 2828/2001, o termo “projetos” é conceituado da seguinte forma:

projetos são empreendimentos que visam à ampliação ou à manutenção da capacidade produtiva de bens e serviços, previstos em programas de desenvolvimento econômico e social da Unidade da Federação onde tenham sede [as agências de fomento]. (BRASIL, 2001, não paginado).

No Artigo 2º a Resolução 2828/2001 trata das fontes de recursos das agências de fomento. Além dos próprios, as agências podem utilizar em recursos oriundos de outras fontes:

I - fundos e programas oficiais; II - orçamentos federal, estaduais e municipais; III - organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; IV - captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM). (BRASIL, 2001, não paginado).

Entre as formas de utilização de recursos vedadas no Art. 4º da Resolução 2828/2001 às agências de fomento, destacam-se as constantes dos incisos:

[...] III - a captação de recursos junto ao público, inclusive de recursos externos, ressalvado o disposto no inciso III do art. 2º e; IV - a contratação de depósitos interfinanceiros, na qualidade de depositante ou depositária, ressalvado o disposto no inciso IV do art. 2º. (BRASIL, 2001, não paginado).

Já as atividades autorizadas às agências de fomentos, conforme Art. 3º, no inciso III da Resolução 2828/2001, destaca-se a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro. Função estratégica e de interesse desta pesquisa.

Às agências oficiais de fomento são aplicadas as mesmas condições e limites operacionais estabelecidos para as demais instituições financeiras do País, conforme consta no Art. 8º da Resolução 2828/2001.

Entre as agências, existem a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com prioridades estabelecidas pelo Governo Federal, enquanto agências financeiras oficiais de fomento mediante Art. 89 da Lei nº 12.309/2010.

No tocante aos financiamentos, há duas modalidades BNDES (2014b); FINEP (2014): os reembolsáveis e os não reembolsáveis disponibilizados pelas agências de fomento a instituições interessadas em apresentar projetos para concorrerem aos recursos.

Este estudo considera a modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis porque a pesquisa é direcionada às bibliotecas universitárias federais, organismos públicos e sem fins lucrativos.

A Lei nº 12.309/2010 ainda reconhece outras instituições como: a Caixa Econômica Federal (CEF)¹, o Banco da Amazônia², o Banco do Brasil (BB)³, e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁴.

Através de consulta às páginas das instituições na internet, observam-se que as únicas a operar com a modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis são o BNB, o BNDES, a FINEP e o Banco da Amazônia.

Para este estudo apenas o BNDES e a FINEP interessam porque, além da modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis, as agências de fomento investem em projetos de autoria de universidades federais e de suas respectivas bibliotecas.

2.1 A FINEP

Em 1964 é constituído o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), administrado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o intuito de financiar a implantação de programas de pós-graduação em universidades brasileiras. “Em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o FUNTEC ajudou a desenvolver quase todos os programas de pós-graduação existentes no país.” (BNDES, 2012, p.53)

A intenção do FUNTEC é despertar nas universidades o trabalho em regime de projetos, com adesão inicial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), segundo Derenusson (2011).

Em 1965 é instituído o Fundo de Financiamento de Projetos de Programas (FINEP), de natureza contábil operado pelo BNDE, e abastecido com recursos da Aliança para o Progresso (USAID), dos Estados Unidos, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e vinculado ao Ministério do Planejamento (MP), conforme Derenusson (2011).

¹ CEF: www.caixa.gov.br

² Banco da Amazônia: www.bancodaamazonia.gov.br

³ BB: www.bancodobrasil.com.br

⁴ BNB: www.bn.gov.br

Ainda, segundo Derenusson (2011), em 1967 o fundo FINEP é transformado na empresa FINEP, ligada ao MP e instituída pelo Decreto Lei 200. A FINEP atua como agente financeiro da União, com todos os direitos e obrigações legitimamente garantidos.

Segundo Derenusson (2011), o reconhecimento da FINEP como Instituição financeira por parte do CMN, e registrada no BACEN se dá através da Carta-Patente nº A-67/3247, expedida em 18/10/67.

Os projetos industriais e de infraestrutura são financiados pela FINEP. A Instituição amplia a área de atuação para a capacitação tecnológica até os anos 90, devido às necessidades desenvolvimentistas e modernizantes do século XX, conforme Derenusson (2011).

Conforme o Art. 3º do Decreto nº 1808/1996, a FINEP tem como finalidade o apoio a estudos, projetos e programas voltados ao desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico com base nas metas e prioridades do Governo Federal.

No Art. 4º, V, do Decreto nº 1808/1996, a FINEP é autorizada a celebrar convênios e contratos com instituições públicas e privadas em âmbito nacional e internacional para atingir a finalidade proposta.

Conforme consta na página eletrônica da FINEP:

Os financiamentos não-reembolsáveis são feitos com recursos do FNDCT, atualmente formado preponderantemente pelos Fundos Setoriais de C,T&I. Eles são destinados a instituições sem fins lucrativos, em programas e áreas determinadas pelos comitês gestores dos Fundos. As propostas de financiamento devem ser apresentadas em resposta a chamadas públicas ou encomendas especiais. (FINEP, 2014, não paginado).

2.2 O BNDES

O BNDES é criado pela Lei nº 1628 de 20 de junho de 1952, pelo Presidente Getúlio Vargas, como BNDE com o objetivo de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico.

Art. 8º Para dar execução aos objetivos desta Lei, bem como da Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951 e do art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, é criado, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que

também atuará como agente do Governo nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional. (BRASIL, 1952, não paginado).

De acordo com Longo (2009) o financiamento para a pesquisa em Ciência & Tecnologia (C&T) é iniciado com o FUNTEC, em 1964, criado pelo BNDE, sendo substituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 1969 para apoiar programas e projetos em C&T, e implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

Paralelamente ao FUNTEC, o BNDE também opera o fundo FINEP, fundo de natureza contábil, de 1965 a 1967 com recursos do BID e da USAID. Com a criação da Empresa FINEP em 1967, o fundo FINEP passa a ser administrado pela nova Empresa, segundo Longo (2009).

Segundo o BNDES (2014a), o início dos anos 80 é marcado pela integração das questões sociais à política de desenvolvimento do Governo Federal, e isso se reflete no nome do Banco; de BNDE é alterado para BNDES.

Em 2004, o BNDES recria o FUNTEC em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a FINEP. A intenção é estimular a tecnologia para tornar o produto nacional mais eficiente e competitivo através de inovações tecnológicas, segundo BNDES... (2012).

No ano de 2006, o FUNTEC é aprimorado pelo BNDES para apoiar projetos de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas estratégicas em conformidade com programas e políticas públicas do Governo Federal, conforme BNDES... (2012).

A questão da infraestrutura em ciência e tecnologia é reforçada tanto no inciso V do Art. 89 da Lei nº 12.309/2010 ao referir-se à FINEP e ao BNDES, quanto no Planejamento Estratégico 2009 – 2014 do BNDES, de acordo com BNDES... (2012).

A modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis do BNDES se destina principalmente ao apoio a atividades e infraestrutura em C&T, como consta no Art. 9º, inciso IV do Decreto nº 4.418/2002:

IV - efetuar aplicações não reembolsáveis em projetos ou programas de ensino e pesquisa, de natureza científica ou tecnológica, inclusive mediante doação de equipamentos técnicos ou científicos e de publicações técnicas a instituições que se dediquem à realização dos referidos projetos ou programas ou tenham dele recebido

colaboração financeira com essa finalidade específica. (BRASIL, 2002, não paginado).

2.3 FUNDOS SETORIAIS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

A preocupação da política econômica durante a década de 90 é a estabilização de preços, segundo Bastos (2003). Conseguida a estabilização, a agenda do governo dá espaço aos ajustes fiscais e às reformas em concordância com a política macroambiental, e deixa de lado o compromisso com o crescimento.

Como consequência, Bastos (2003) traz o problema do contingenciamento enfrentado pelos fundos, onde os recursos são submetidos a cortes sucessivos para a geração de superávits primários em atendimento às metas fiscais.

[...] desde a criação dos “fundos setoriais”, entre 1999 e 2002, apenas uma parcela reduzida dos recursos foi efetivamente aplicada em C&T. A baixa execução orçamentária do FNDCT e do Funttel decorreu de problemas operacionais de gestão e, principalmente, do fato de os recursos ficarem submetidos a cortes e contingenciamentos, apesar de legalmente vinculados. (BASTOS, 2003, p. 257).

Ainda segundo Bastos (2003) as discussões envolvendo os países latino-americanos giram em torno da adoção de uma agenda específica, voltada para o desenvolvimento e para a necessidade de padrões de financiamentos. O efeito é a mobilização de poupanças compulsórias através de fundos públicos.

No final da década de 90, conforme Bastos (2003), a inovação tecnológica é admitida como fator estratégico de desenvolvimento e, por isso, integrante das políticas de C&T, mesmo diante da inexistência de fontes estáveis de recursos.

O problema é enfrentado pelos convencionalmente chamados fundos setoriais, de acordo com Bastos (2003):

Com inspiração nos antigos fundos setoriais de infra-estrutura econômica, foram criadas receitas vinculadas para C&T, tanto na captação quanto na aplicação dos recursos. Com efeito, ao contrário do amplamente divulgado, não foram estabelecidos 14 fundos, mas definidas fontes permanentes e vinculadas de recursos para um fundo instituído no final da década de 1960, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e criado o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). (BASTOS, 2003, p. 231).

Para a formulação dos fundos, Bastos (2003) se refere às medidas voltadas à captação de recursos, para enfrentar as dificuldades resultantes das restrições fiscais: a intervenção do Estado, através da inovação tecnológica e do financiamento em longo prazo para a implementação de políticas de desenvolvimento.

Como consequência é publicado o Decreto nº 719/1969 que cria o FNDCT. No Art. 3º A, inciso I, o documento define as fontes dos recursos destinados à constituição do FNDCT para financiar projetos em infraestrutura de pesquisas nas instituições públicas de ensino superior e tipifica o percentual de 20% para o FNDCT:

[...] I - ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT oriundos de: [...] a) Contribuição de intervenção no domínio econômico [CIDE]; b) Compensação financeira sobre o uso de recursos naturais; c) Percentual sobre receita ou lucro de empresas concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos; e d) Contratos firmados pela União, suas autarquias e fundações; II - A fundos constituídos ou que vierem a ser constituídos com vistas a apoiar financeiramente o desenvolvimento científico e tecnológico de setores econômicos específicos. [...]. (BRASIL, 1969, sem paginação).

Segundo Bastos (2003) as políticas de desenvolvimento são caracterizadas por ações horizontais, padrão genérico e indireto de intervenção sob a perspectiva setorial através de ações diretas, seletivas e específicas em C&T.

O estudo busca compreender a ideia de “ações horizontais” a partir de Martins (2004) quando este se refere às coerências necessárias a uma política, entre essas coerências, destaca-se a horizontal:

[...] Coerência horizontal – assegurar que os objetivos individuais e as políticas desenvolvidas por várias entidades se reforcem mutuamente. Fortalecer a interconectividade das políticas e promover uma perspectiva do “governo como um todo” são maneiras de promover a perspectiva horizontal da coerência nas políticas. (MARTINS, 2004, p. 4).

Nesta pesquisa, procura-se compreender as ações horizontais citadas por Bastos (2003), a fim de perceber que as políticas de desenvolvimento precisam constituir-se de ações mútuas e sistêmicas, e isso se refere também aos fundos, mesmo sendo setoriais com suas respectivas especificidades.

Ainda sobre os recursos de sustentação do FNDCT, Bastos (2003) afirma que a instabilidade esteve sempre presente na transferência dos recursos para o Fundo, a ponto de comprometer planejamentos em longo prazo.

As conseqüências para a inovação no Brasil são sentidas a partir do agravamento da situação na década de 80, comprometendo as pesquisas fundamentais devido à instabilidade dos recursos, conforme Bastos (2003).

A situação se agrava com a tipificação dos tributos pela Constituição Federal de 1988 (CF). De acordo com Bastos (2003), as restrições se intensificam devido à CF de 1988 não permitir que os impostos tipificados se destinem à C&T.

A alternativa encontrada é recorrer a tributos não tipificados pela CF de 1988 e pelo Código Tributário Nacional (CTN). Conforme Bastos (2003), os *royalties* do petróleo, compensação financeira, as contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE), e as rubricas orçamentárias dentro do FNDCT: fundos setoriais de C&T, e os de integração universidade-empresa, e também o de infraestrutura de pesquisas, ambos não setoriais.

Ainda segundo Bastos (2003), a constituição dos fundos pode relacionar-se à abertura de alguns setores à iniciativa privada, à preservação de esforços em centros de pesquisas estatais, e ao desenvolvimento tecnológico alcançado pelos setores de energia, gás, petróleo e telecomunicações.

Um dos pontos abordados por Bastos (2003) e de importância extrema a este estudo, é a desobrigação por parte do FNDCT quanto à devolução dos recursos ao Tesouro Nacional (TN). Situação garantida pela Medida Provisória 2.010-30/2000, permitindo também ao FNDCT operar como fundo efetivo não mais vinculado à execução anual do Orçamento.

Mais tarde, segundo Bastos (2003), a Lei nº 10.148/2000 exclui o FNDCT da lista de fundos desobrigados a recolher os superávits financeiros ao TN. O problema é contornado devido a alguns fundos setoriais incluírem, nas próprias leis, um dispositivo, garantindo a manutenção dos superávits apurados pelo FNDCT e FUNTTEL.

Bastos (2003) acrescenta que os fundos relacionados ao petróleo, infraestrutura e informática não incluem o dispositivo em suas leis, implicando na obrigatoriedade do recolhimento dos superávits financeiros ao TN.

A política brasileira de C&T não seguia uma orientação setorial, e sim global com recursos aplicados pelo FNDCT em projetos com demanda anual. Bastos (2003) informa que, em acompanhamento ao modelo setorial, surge o modelo de gestão compartilhada.

Esse modelo de gestão é sistematizado por representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atualmente, MCTI e de vários segmentos sociais, incluindo outros ministérios, agências reguladoras, comunidade científica, e setor empresarial.

Entre as atribuições: “estabelecimento de diretrizes e definição de prioridades, seleção e aprovação de projetos, acompanhamento e avaliação de resultados.” (BASTOS, 2003, p. 250).

Alguns problemas podem ser elencados em virtude da junção entre a orientação setorial e o modelo de gestão compartilhada:

No Brasil, o enfoque setorial combinado com o modelo de gestão compartilhada acabou produzindo uma estratégia *mista*, de difícil operacionalização, exigindo um esforço de coordenação hercúleo por parte do MCT, o que explica, em boa medida, a morosidade na aplicação dos recursos dos fundos setoriais. Paralelamente, produziu uma estratégia politicamente arriscada, que, no limite, poderá levar ao desmembramento dos “fundos” e das ações de C&T de forma descentralizada entre vários ministérios [...]. (BASTOS, 2003, p. 250).

Esse modelo misto de gestão é criticado por Bastos (2003) quanto à eficiência em relação à arrecadação até a chegada dos recursos aos beneficiários. Bastos (2003) afirma que o percurso é burocrático porque envolve diversas reuniões e definições de prioridades.

Ainda segundo Bastos (2003), a burocracia segue com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) encarregado de:

[...] realizar estudos prospectivos e avaliar resultados dos recursos aplicados –, lançamento de editais, apresentação de propostas, seleção e julgamento, contratação, liberação dos recursos, acompanhamento e avaliação de resultados, envolvendo pagamento de consultores, viagens e estadias, dentre outras despesas correntes. (BASTOS, 2003, p. 251).

Para a FINEP (2012a), criados a partir de 1999, os fundos setoriais são fontes complementares de recursos e instrumentos utilizados pela FINEP para financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o País. São os principais instrumentos do Governo Federal para desenvolver o sistema de C,T&I. Possibilitam a geração e transferência de conhecimento para empresas, equilibrando a relação entre investimentos públicos e privados em C&T.

De um total de 16 fundos setoriais, 14 se relacionam a setores específicos e dois transversais. Dos transversais, o Fundo Verde-Amarelo (FVA) se volta à interação universidade-empresa; o outro apoia melhorias em infraestruturas de instituições científicas e tecnológicas (ICTs), conforme a FINEP (2012a).

Os Fundos Setoriais são instrumentos da política de integração nacional, pois segundo a FINEP (2012a), 30% dos recursos são dirigidos para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte do País obrigatoriamente. Bastos (2003) acrescenta que em relação ao Fundo do Petróleo, o percentual destinado a essas regiões é de 40%.

Entre as diretrizes dos fundos setoriais, percebe-se que a intenção dos fundos é atingir a cadeia produtiva, a acadêmica, através do financiamento em infraestrutura de desenvolvimento pesquisas em C&T.

[...] modernizar e ampliar a infra-estrutura de C&T; promover maior sinergia entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo; criar novos incentivos ao investimento privado em C&T; incentivar a geração de conhecimento e inovações que contribuam para a solução dos grandes problemas nacionais; e estimular a articulação entre ciência e desenvolvimento tecnológico, através da redução das desigualdades regionais e da interação entre universidades e empresas. (BASTOS, 2003, p. 240).

Conforme a FINEP (2012a) cada fundo é gerido por um Comitê Gestor, formado por representantes do MCTI, por ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, agências do MCTI, a FINEP e CNPq.

A fim de integrar as ações da FINEP, é instituído em 2004, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, formado por presidentes dos Comitês Gestores, presidentes da FINEP e do CNPq, e presidido pelo Ministro da C, T & I, segundo informações da FINEP (2012a).

Ainda, segundo a FINEP (2012a), o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais implanta as Ações Transversais voltadas a programas do MCTI com a utilização de recursos dos Fundos Setoriais para uma mesma ação.

Conforme consta na página eletrônica da FINEP, as ações transversais são conceituadas como:

[..] programas estratégicos do [MCTI] que tinham ênfase na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do Governo Federal à época. Hoje a referência das Ações é o Programa Brasil Maior. Os editais utilizam recursos de diversos Fundos Setoriais simultaneamente. (FINEP, 2013, não paginado).

2.3.1 Fundo Setorial CT- INFRA / FINEP

Para a FINEP (2012a), a Financiadora possui cerca de 16 fundos setoriais, sendo 14 relacionados a setores mais específicos e dois transversais. O estudo em questão trabalha com o CT-INFRA por ser direcionado ao financiamento de infraestruturas para o desenvolvimento de pesquisas.

Com o objetivo de promover a modernização e ampliação de infraestruturas e serviços voltados ao desenvolvimento de pesquisas, o CT-INFRA atende às instituições de ensino superior e de pesquisas brasileiras. Recebe 20% dos recursos destinados aos demais fundos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, segundo a FINEP (2012b).

Ainda segundo a FINEP (2012b), O CT-INFRA opera com quatro modalidades de ação:

- **Sistêmica:** otimização de infraestrutura de uso difuso e universal, representado pelo compartilhamento entre diversas instituições, a exemplo das redes de informática, e serviços de bibliotecas como acervos bibliográficos, bibliotecas digitais e biotérios;
- **Institucional:** apoio a planos de desenvolvimento institucional da infraestrutura da pesquisa científica e tecnológica, com perspectivas de melhorar a gestão infraestrutural em associação com estratégias institucionais;
- **Fomento Qualificado:** financiamento em infraestrutura de pesquisa para uso entre instituições brasileiras em diversas áreas temáticas.
- **Projetos Inovadores:** financiamento a projetos voltados a modalidades novas em C, T & I.

A operacionalização dos financiamentos com recursos não reembolsáveis começa com a publicação de editais para chamadas de projetos. As instituições interessadas preenchem o Formulário para Apresentação de Propostas (FAP), disponível para download no site da FINEP, com dados sobre caracterização e detalhamento das propostas e com informações complementares.

Segundo Ricardo Rosa, chefe do Departamento de Engenharia e Infraestrutura da FINEP, para concorrer ao financiamento do CT-INFRA, a proposta deve “[...] ser uma proposta institucional coerente com o plano de desenvolvimento, visar à consolidação da competência já instalada em pesquisa e ter característica

multiusuária, para reforçar vários grupos atuantes em pesquisa” (ROSA, 2009 apud UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2009, não paginado).

Outro aspecto apontado por Rosa (2009, apud, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2009) é que o número total de doutores deve referenciar o valor global máximo solicitado por proposta. Além disso, os conceitos dos programas de pós-graduação da instituição requerente também condicionam a liberação dos recursos.⁵

2.3.2 Programa Preservação de acervos / BNDES

O BNDES possui cerca de oito fundos que contemplam projetos nas áreas ambientais, culturais, sociais, pesquisas científicas e tecnológicas, estudos sobre políticas públicas, e audiovisuais, conforme BNDES (2014b).

O estudo em questão foca no Programa Preservação de Acervos por oferecer apoio à:

[...] modernização de museus, arquivos e bibliotecas visando à preservação e segurança de seus acervos e à melhoria das condições de atendimento e acesso ao público. Podem ser apoiados projetos que tenham como finalidade uma ou mais das seguintes ações: catalogação, higienização e acondicionamento; restauração; gerenciamento ambiental; instalação de sistemas de segurança; infraestrutura; e visitação. (BNDES, 2014b, não paginado).

O propósito do BNDES, ao financiar ações em acervos bibliográficos e culturais, é fortalecer as instituições como bibliotecas, museus, arquivos, centros culturais, cinemateca, entre outras, por acreditar que o acesso aos bens culturais é fundamental para o desenvolvimento da Educação na sociedade, segundo BNDES (2011).

“[...] Os acervos existentes nos arquivos, museus, bibliotecas, cinematecas, centros culturais, etc. constituem-se importante **ativo cultural brasileiro**, base da Economia da Cultura e ferramenta de valorização da nossa **memória e identidade**.” (BNDES, 2011, p. 1, grifo do autor).

Há duas modalidades para inscrição de projetos, de acordo com BNDES (2013?): Modalidade Individual, o projeto deve ser voltado a um único acervo. Na

⁵ http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_novofap

Modalidade Âncora, trabalha-se em diversos pontos de acervos independentes, mas que possuam elementos em comum, como por exemplo, temática e ou necessidades de ações comuns de preservação. Exige-se a cada proponente apresentar apenas 01 projeto por modalidade.

O BNDES possui um roteiro com procedimentos para a elaboração de projetos para o Programa Preservação de Acervos disponível para download.⁶

O documento traz informações sobre as principais mudanças estabelecidas no Programa, aprofunda explicações sobre as categorias de apoio, sobre o papel dos coordenadores técnicos nos projetos, trata de questões jurídicas, entre outras informações relevantes.

As instituições interessadas no financiamento apresentam os projetos para compor um cadastro reserva, e depois são avaliados, conforme os critérios estabelecidos nas chamadas públicas do BNDES para receberem os recursos, como exemplo da última Chamada, a de 2010 disponível no site do BNDES⁷.

2.4 Fundações de apoio: um elo entre as IFES e as agências de fomento

De acordo com o Ministério da Educação (2013), as fundações são instituições que apoiam projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico das instituições federais de ensino superior (IFES) e de instituições de pesquisa.

O Ministério da Educação (2013) esclarece que as fundações são instituições de direito privado e sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro (CCB). Sujeitam-se à fiscalização do Ministério Público da União (MPU) e à legislação trabalhista, não sendo criadas por lei e nem mantidas pela União.

A Lei nº 8958/1994 traz, para as análises das políticas de financiamento com recursos externos, a institucionalização e a importância das fundações de apoio que atuam entre as agências de fomento, as IFES e as ICTs:

Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de

⁶http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/Roteiro_Acervo2010.pdf

⁷http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/regulamento2010.pdf

Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas. (BRASIL, 1994, não paginado)

Quanto à execução dos convênios, contratos e acordos, a Lei 8958/1994 no Art. 3º-A, as fundações de apoio devem:

- I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
- II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e
- III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente. (BRASIL, 1994, não paginado)

O Decreto nº 7.423/2010 regulamenta a Lei nº 8.958/1994, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. No Artigo 1º, parágrafo único, o Decreto 7.423/2010 especifica a missão das fundações de apoio:

[...] dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo. (BRASIL, 2010, não paginado).

Quanto ao registro e credenciamento, conforme Art. 3º do Decreto nº 7.423/2010, os pedidos ou renovação devem ser protocolados no Ministério da Educação (ME) e decididos em ato conjunto dos titulares do ME e o MCTI.

No parágrafo 4º, do Art. 3º do Decreto nº 7.423/2010 limita a validade do prazo de credenciamento das fundações de apoio para dois anos, podendo renovar-se pelo mesmo período, sucessivamente.

Segundo o Ministério da Educação (2013), o prévio credenciamento junto ao ME e ao MCTI é justificável por conta da relação entre as IFES e as fundações de apoio tratar-se de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e

extensão, sendo atribuição das fundações prestarem suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

No Artigo 4º, inciso V, parágrafo 2º, o Decreto nº 7.423/2010 autoriza a fundação a apoiar outras IFES e ICTs, se estas forem compatíveis com as finalidades da instituição vinculada originalmente à fundação, desde autorização prévia do grupo indicado no parágrafo 1º do Art. 3º do Decreto nº 7423/2010.

Quanto ao controle e acompanhamento dos convênios firmados, envolvendo recursos públicos o Art. 12 do Decreto nº 7.423/2010 institui que as fundações estão submetidas ao controle finalístico e de gestão do órgão colegiado superior da instituição apoiada.

A legislação citada deixa claro o papel das fundações como intermediadoras dos convênios firmados entre as IFES e as agências de fomento, e por se tratarem de instituições privadas sem fins lucrativos, elas se submetem às decisões tomadas pelos órgãos máximos das IFES, como os conselhos universitários e reitorias.

2.4.1 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE)

De acordo com o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981), a FADE é fundada em agosto de 1981 como instituição de direito privado sem fins lucrativos para apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão; prestar serviços técnico-científicos e administrativos à UFPE e à sociedade, executando e divulgando atividades de desenvolvimento técnico, científico e cultural.

Quanto à manutenção, o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981) traz no Art. 3º que a FADE possui autonomia administrativa e financeira. Como também no Art. 7º, incisos I e II, o patrimônio da FADE é constituído por doações, dotações, legados e auxílios oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, como também dos bens, direitos ou de qualquer outro que adquirir.

Patrimônio administrado pelo Conselho de Curadores e, no caso de alienação, condicionado à autorização do Conselho Universitário da UFPE, como previsto no Art. 10º do Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981).

Ainda no tocante aos aspectos financeiros, o Art. 8º do Estatuto da FADE traz a relação dos recursos que constituem a Fundação.

- I - os provenientes de convênios, acordos, auxílios, doações ou dotações;
- II - as remunerações recebidas por serviços prestados;
- III - as rendas próprias dos bens que possua ou administre;
- IV - as rendas destinadas por terceiros a seu favor;
- V - as rendas dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- VI - os juros de capital e outras receitas da mesma natureza;
- VII - os usufrutos que lhe forem conferidos. (ESTATUTO FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1981, não paginado).

Entre os Artigos 14º e 2º, o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981) trata da estrutura orgânica da FADE, dos órgãos que a constituem como o Conselho de Curadores e a Secretaria Executiva e suas respectivas competências e formações.

Quanto à formação do Conselho de Curadores, o referido Estatuto informa no Art. 15º que o Conselho é constituído de 11 (onze) membros, sendo nove docentes da UFPE e dois representantes da comunidade estadual. Todos designados pelo Reitor da UFPE e referenciados pelo Conselho Universitário.

Para fins deste estudo, destaca-se o inciso VIII do Art. 16º do Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981), sobre a prestação de contas da FADE quanto aos recursos financeiros por ela movimentados. Cabe à FADE:

- VIII – deliberar sobre a prestação de contas do Secretário Executivo, até 30 (trinta) dias após a sua apresentação, podendo contratar, se necessário ou conveniente, pessoa física ou jurídica de reconhecida idoneidade para assessorá-lo no exercício da função fiscalizadora que lhe é inerente. (ESTATUTO FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1981, não paginado).

Destaca-se esse artigo, a título de informação de uma das etapas de gestão dos recursos investidos na UFPE, a prestação de contas às instituições contratadas. Atividade legitimamente delegada à FADE e não aos órgãos da UFPE, onde os projetos são executados.

Ainda, Segundo o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981), no Art. 19º, a Secretaria Executiva é órgão administrativo e executivo da FADE, com direção de um Secretário Executivo e cabe a ele propor ao Conselho de Curadores a estrutura administrativa.

Conforme ainda o referido Estatuto, o Art. 20º diz que o cargo de Secretário Executivo é designado pelo Reitor da UFPE, e preferencialmente, deve ser ocupado por um servidor da Universidade.

Quanto à prestação de contas, o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981), no Art. 21º, inciso III informa que a Secretaria Executiva deve preparar e submeter à apreciação do Conselho de Curadores:

- a) até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, a proposta orçamentária e o plano de trabalho para o ano seguinte;
- b) até o último dia útil de fevereiro de cada ano, a prestação de contas relativas ao exercício anterior, devidamente instruída com o balanço geral e relatório pormenorizado;
- c) mensalmente, o balancete das contas, acompanhado de informações sumárias sobre o andamento da FADE-UFPE [...] (ESTATUTO FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1981, não paginado).

Do Art. 22º ao 28º, o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981) aborda o regime financeiro e sua fiscalização, e também aspectos relacionados à gestão de pessoas. Destaca-se o Art. 24º por trazer instrumentos de prestação de contas utilizados pela FADE: balanços patrimonial, econômico e financeiro, quadros comparativos de despesas (realizadas e fixadas) e de receitas (previstas e realizadas), e relatório com todas as informações da movimentação financeira.

Percebe-se nesta análise que o Estatuto da FADE não faz referências à publicação dos instrumentos de prestação de contas, nem cita meios de divulgação como jornais e televisão. Atividade inerente ao Princípio da Publicidade.

O princípio da Publicidade está entre os Princípios da Administração Pública constantes no Art. 37 da CF 1988: Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

O Estatuto da FADE é de 1981 e a CF, promulgada em 1988. Cabe atualização do Estatuto, especificando os meios de comunicação utilizados para a publicação dos instrumentos de prestação de contas, em atendimento à Lei nº 8958/1994: “Art. 4º-A. Serão divulgados, na íntegra, em sítio mantido pela fundação de apoio na rede mundial de computadores - internet: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)” (BRASIL, 1994, não paginado).

O Princípio da Publicidade é aplicado à FADE por tratar-se de uma fundação, e como fundação, está entre os órgãos citados no Art. 37º da CF 1988: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e [eficiência].” (BRASIL, 1988, não paginado).

Na prática, em atendimento ao Art. 4º A da Lei nº 8958/1994, no site da FADE, há uma base de dados intitulada “Portal da Transparência” com detalhes sobre convênios atualizados, firmados com agências de fomento e com outras instituições externas à UFPE.

Em relação ao fim das atividades da FADE, de acordo com o Estatuto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (1981), o Art. 32º prever a extinção da Fundação, mediante decisão da maioria absoluta do Conselho de Curadores, desde que a decisão tenha a aprovação do Reitor da UFPE com homologação do Conselho Universitário.

No geral, o Estatuto da FADE a submete ao Reitor e ao Conselho Universitário da UFPE, reforçando o vínculo da Fundação à Universidade enquanto entidade intermediadora, entre a UFPE e as agências de fomento, na formalização de contratos para investimentos na Universidade, conforme Lei nº 8958/1994:

Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão: (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores; (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013). (BRASIL, 1994, não paginado).

3 PARADIGMAS, REDUÇÃO DE VERBAS E OUTRAS FONTES DE RECURSOS

As investigações de González (2005) lhe permitem perceber que a maioria das pessoas se demonstra incapaz de conceituar paradigma, devido à predominância do termo nas ciências e em disciplinas que tratam de questões sociais.

Para entender melhor a conceituação, González (2005) traça a evolução do paradigma, situando-o em fases diferentes, e enfatiza as dificuldades de determinado termo em não submeter-se às restrições históricas prevaletes de uma linguagem.

Dado o caráter histórico e social da linguagem, palavras, e, portanto, todos os elementos do estoque léxico de uma cultura, são repositórios de dinamismo e capacidade de adaptação, que refletem o progresso dos falantes e outros aspectos de uma língua. Portanto, é altamente improvável que hoje um termo particular se sujeite às restrições que prevaleceram durante o período em que foi utilizado pela primeira vez. (GONZÁLEZ, 2005, não paginado).

As alterações do significado de paradigma são inevitáveis devido ao dinamismo e à vulnerabilidade do termo a qualquer mudança cultural e social, se considerarmos a análise de González (2005) sobre as condições históricas impostas ao paradigma.

Carrilo (1981 apud GONZÁLEZ, 2005) identifica três idades que caracterizam a evolução do termo paradigma a partir do esquema elaborado por Michel Serres, filósofo francês.

Para Marcondes Filho (2007) Serres é opositor do positivismo devido a essa corrente filosófica extrair das questões científicas a pergunta “por quê?”, e restringi-las ao “como?”.

Serres ([1979] apud MARCONDES FILHO, 2007) faz críticas à Ciência Moderna com o argumento dela apoiar-se em coisas estáveis como o sólido, o rijo, o cristalino; e sugere mudar essa concepção de fazer ciência:

É hora de inverter e começar a olhar o que é vivo, mutante, em transformação. São os fluidos, as comunicações, as relações [...] o que está prestes a desaparecer na primeira lufada de vento. [...] o que é volátil não pode ser capturado, ele escapa à linguagem. Pode-se apreender uma língua, uma ciência, um conhecimento, mas não o sensual. Apesar disso, pode-se “compor” fora do sólido, no flexível,

no flutuante, da mesma forma como a natureza compõe. (SERRES [1979] apud MARCONDES FILHO, 2007, não paginado).

Cabe então dirimir sobre a evolução do paradigma a partir do que é correspondente a cada idade para ter uma noção do comportamento do termo, conforme Carrilo (1981 apud GONZÁLEZ, 2005, não paginado):

- idade do aparecimento: Platão utiliza o termo “paradigma” como instrumento de mediação entre a realidade e a ideação da realidade, e o conceitua enquanto modelo perfeito e exemplar para ser imitado e seguido;
- idade da reativação: novo sentido ao paradigma quando inserido em outro contexto, identificado com base filosófica e lingüística. É também utilizado no contexto sociológico e;
- Idade da recorrência: etapa atual, onde se verifica a profundidade do conceito, seu valor e sua eficácia em trabalhos científicos.

No contexto sociológico, a obra de Thomas Kuhn, a Estrutura das Revoluções Científicas, publicada em 1962 inicia a atual concepção de paradigma na ciência moderna.

Para Kuhn (2011), paradigmas são realizações científicas aceitas universalmente, por apontar problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

Kuhn (2011) assume a ideia de “modelo” ou “padrão” de Platão, e acrescenta a importância da aceitação consensual do “padrão” entre integrantes de comunidades científicas como fundamento a práticas posteriores.

Ainda, segundo Kuhn (2011), a ciência normal se desenha no contexto de atividades altamente determinada por paradigmas que conduzem as pesquisas sem a necessidade de regras.

Para Kuhn (2011), as regras derivam de paradigmas, e não o contrário; “na ótica de Kuhn, um paradigma é uma construção que põe fim às polêmicas existentes entre os praticantes de uma ciência a respeito de determinados fundamentos” (RODRIGUES, 2010, p.3).

Pensamos que o princípio “Kuhniano” é associado ao positivismo que tem nas ciências naturais a única forma de conhecimento por quantificar e comprovar resultados.

O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático, e, de outro, considera

anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. (RIBEIRO JÚNIOR, 2006, p.16).

Portanto, o propósito é discutir os aspectos gerenciais enquanto meios para chegar às causas finais, permitindo uma abordagem paradigmática das práticas de gestão dos recursos financeiros em bibliotecas universitárias federais.

Abordagem paradigmática, baseada na ideia de paradigma além do contexto científico. O paradigma é revelado na formação e na atuação em sociedade, e corresponde a formas distintas de percepção da realidade - “Um paradigma, pra mim, significaria a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza.” (CAPRA, 1995, p. 16)

Com base em Capra (1995), o estudo considera o paradigma enquanto elemento da sociedade, na forma como ela se organiza e funciona em processos constantes de mutabilidade nas esferas políticas, culturais, sociais e econômicas.

Capra (1995) leva a considerar o paradigma nos processos que definem o funcionamento das organizações, com tendências a reconfigurações constantes e sucessivas a fim de responder aos desafios impostos pelos contextos ambientais.

Portanto, com a idade da recorrência exige-se verificar a eficácia dos paradigmas por permitir o confronto entre o paradigma vigente e o paradigma em elevação no contexto das bibliotecas.

Os conceitos de paradigma de Kuhn (2011) e de Capra (1995) concebem uma consciência transitória da realidade, consciência resultante de pesquisas científicas impulsionadas pela percepção de anomalias em determinado ambiente.

Para Mendes (2011) anomalias são fatores de instabilidade e de perturbação instalados no exercício da ciência normal, e que a ausência de anomalias gera uma ciência puramente repetida.

Ainda, segundo Mendes (2011), a ciência admite a percepção das anomalias durante as pesquisas, conforme as indicações do paradigma; e a resistência ao paradigma resulta em desorientação da ciência.

Percebe-se que as anomalias permitem à ciência propor novos direcionamentos às atividades sociais, econômicas, políticas e culturais na medida em que o paradigma atinge maior grau de sensibilidade.

A anomalia aparece somente contra um pano de fundo proporcionado pelo paradigma. Quanto maiores forem a precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias, e conseqüentemente de uma ocasião para mudança de paradigma. (KUHN, 2011, p. 92).

Capra (1982) percebe a complexidade da crise em todas as dimensões sociais passíveis de intervenção, conforme imposições do paradigma em ascensão.

[...] é uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade [...]. (CAPRA, 1982, p. 19).

Capra (1982) ainda sugere substituir a noção de estruturas sociais estáticas pela percepção de sociedade com padrões dinâmicos de mudança, na perspectiva de uma crise transformadora.

O estudo em questão considera a crise de paradigmas como necessária para impulsionar as organizações a acompanhar as tendências contemporâneas e, assim, corresponderem às exigências da sociedade, a partir da concepção de Capra (1982).

O estudo sugere, para um maior entendimento da questão, começar pela transformação do contexto estático em estruturas mais flexíveis e abertas às transformações para evitar obsolescências e riscos de desaparecimento institucional.

O referido estudo toma como referência a dicotomia entre superação e obsolescência utilizada por Santos (2011) em sua análise sobre a crise e desaparecimento do paradigma sócio-cultural da modernidade.

[...] esse desaparecimento é um fenômeno complexo, já que é simultaneamente um processo de superação e um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas, nalguns casos até em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade já não consegue cumprir outras das suas promessas [...]. (SANTOS, 2011, p. 49).

3.1 A REDUÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS E O DESENCADEAMENTO DE UM NOVO PARADIGMA DE FINANCIAMENTO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Abordar as bibliotecas universitárias federais, e a relação dessas instituições com um novo paradigma de financiamento requer uma compreensão de possíveis elementos desencadeadores de instabilidades das estruturas históricas e convencionais das fontes de recursos das universidades.

Ao tratar das fontes históricas e convencionais, a referência são as verbas aplicadas nas atividades e nas ações da União oriundas das contribuições, taxas e impostos pagos por contribuintes, tanto empresários quanto trabalhadores em geral.

Segundo Amaral (2003) esses recursos formam o FPF e se dirigem à vertente social e à econômica. A primeira, associada aos trabalhadores, e a segunda ao mundo dos capitalistas.

Ainda, segundo Amaral (2003), na vertente social as aplicações são em programas para a educação, saúde, habitação, assistência social, salário-desemprego entre outros. Na vertente econômica, no subsídio à agricultura, na concessão de empréstimos, salvamento de bancos e renúncia fiscal.

As despesas cobertas com verbas do FPF são classificadas em financeiras e não financeiras, descontadas as despesas relacionadas à manutenção da burocracia federal, segundo Amaral (2003).

As despesas financeiras se referem aos juros e encargos da dívida interna e também da externa, e ainda à amortização das dívidas. As despesas não financeiras se referem aos pagamentos de pessoal e encargos sociais, além de custeio e capital, conforme Amaral (2003).

As despesas não financeiras são responsáveis por desenvolver atividades na vertente social, como por exemplo, na educação, e incluem gastos com o ensino superior e com outras despesas inerentes à área.

Segundo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Art. 5º: “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”.

Portanto, os gastos do FPF devem estar disponibilizados para a população tomar conhecimento do destino da aplicação dos recursos. No Art. 3º a Lei nº 12.527/2011 afirma:

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011, não paginado).

Entre os instrumentos de divulgação dos gastos e das receitas públicas, o Brasil possui o Portal da Transparência. Conforme o Portal da Transparência (2004), o Portal destina-se à divulgação das aplicações corretas dos recursos públicos, a fim de aumentar a transparência da gestão pública, tendo o cidadão como fiscal dos gastos do dinheiro público.

Amaral (2003) ainda destaca a redução dos repasses das verbas do FPF para os gastos com a vertente social, devido ao Governo direcionar maior parte dos recursos para pagamentos de despesas financeiras. Fator que evidencia o desencadeamento da elevação de um novo paradigma de financiamento.

O direcionamento das verbas para pagamento com as despesas financeiras, e a conseqüente redução do repasse das verbas do FPF remontam a 1987 com o Plano Bresser, voltado à renegociação da dívida externa, para encerrar o estado de moratória do Brasil junto aos credores, e também à redução da remessa de recursos da economia para o exterior, conforme Gianetti (1993?), essa remessa chegava a 4,5% do produto interno bruto (PIB).

O agravamento das contas externas atingiu afinal um ponto crítico e forçou o Governo a tomar uma medida drástica: no dia 20 de fevereiro de 1987, o Ministro Dílson Funaro declarava que o Brasil iria, de forma unilateral, suspender, por prazo indeterminado, o pagamento de sua dívida externa. (GIANNETTI, 1993?, p. 217).

Ao analisar o processo de renegociação da dívida externa, Marcantonio (1990) se refere à necessidade do Brasil de adquirir moeda estrangeira, e para isso,

corta gastos, expandindo, assim, a dívida pública interna com o intuito de financiar-se.

O que, na opinião de Marcantonio (1990) é suficiente para compor um quadro recessivo, desequilibrando as finanças públicas a ponto de dificultar a realização de uma política monetária ativa.

Continuando a reflexão de Marcantonio (1990), como forma de compensação aos credores externos, a eles é assegurada a possibilidade de participação em programa de privatização de empresas brasileiras. Programa articulado a um processo de conversão da dívida em patrimônio, antes pertencente ao Estado, implicando, assim, na internacionalização da economia.

É oportuno contextualizar o programa de privatização das empresas públicas numa perspectiva do Banco Mundial (BM), e, especificamente, no cenário da educação superior para perceber que a internacionalização não se restringe à economia.

França e Calderón (2013) analisam a influência do BM na educação superior do Brasil sob uma ótica ideológica, no sentido da educação enquanto instrumento de segurança nacional implementada pelos Estados Unidos desde a Guerra Fria.

O objetivo é o combate ao marxismo e a ideologias semelhantes, através do intercâmbio com intelectuais norte-americanos e também através do controle educacional por meio de organismos não estatais, conforme França e Calderón (2013), por meio de agências como a Fundação Ford e a Rockefeller, entre outras.

[...] pratica-se o discurso da negação de qualquer racionalidade que não seja do mercado [...]. Tudo, absolutamente tudo, deve ser submetido à mercantilização. [...] É necessário cada vez mais limitar os direitos sociais e os gastos estatais correlatos. Transformar a previdência, a saúde e a educação em objetos mercantis [...]. (DIAS, 2002, p. 140).

Mais tarde, o controle sai da esfera governamental e das agências não estatais para organismos multilaterais, como o BM. Instituição que elege como prioridade intervir na educação dos países periféricos, principalmente entre a população mais pobre e vulnerável ao comunismo, conforme França e Calderón (2013).

O Banco se transformou numa agência com grande capacidade de financiamento aos países do Terceiro Mundo e, dentro da lógica de uma doutrina de segurança disfarçada, os empréstimos a serem eventualmente concedidos passaram a ser determinados a partir de algumas condicionalidades, com impacto direto sobre a educação em

geral e a educação superior em particular. (FRANÇA; CALDERÓN, 2013, p. 104).

Entre as condicionalidades, destacamos o que Leher (1999 apud FRANÇA; CALDERÓN, 2013) aponta:

[...] desinvestimento público na educação superior, sob o argumento de que caberia ao Estado investir na educação fundamental e no ensino técnico, vistos como os verdadeiros antídotos contra a pobreza em países emergentes. [...] o Banco orientou os países emergentes a adotarem maior flexibilidade e diferenciação entre as Instituições de Ensino Superior, estimulando o surgimento de instituições com financiamento privado, sem compromisso com a pesquisa, vocacionadas para o ensino de massas. Ao fazê-lo, o Banco recomendou também que o Estado restringisse as formas de financiamento à educação superior e criasse instrumentos permitindo a exploração dessa atividade às instituições privadas. (LEHER, 1999 apud FRANÇA; CALDERÓN, 2013, p. 104).

O intuito é atender às necessidades do mercado e das empresas em detrimento das pesquisas. Soma-se a isso, o fim da gratuidade nas instituições estatais com financiamento complementado com a oferta de atividades-fim ao mercado, como informam França e Calderón (2013).

Seguindo a política de atendimento ao mercado através da educação superior, esta abordagem é ilustrada com trecho do discurso de posse de Margareth Thatcher em 1979, referenciado na obra de Amaral (2003):

Desde o início ela deixou bem claro que as universidades deveriam ser mais úteis à indústria e ao comércio, mais eficazes na administração, a qual deveria seguir o modelo das empresas, mais rigorosas no controle da qualidade, mais produtivas e que contariam com recursos públicos significativamente menores. De fato, um ano depois o financiamento do ensino superior inglês sofria uma queda de 16%. A racionalidade neoliberal pouco a pouco foi dominando o cenário mundial, ainda que se levem em conta as diferenças e especificidades regionais, os diversos ritmos e tempos de implantação. (DIAS SOBRINHO, 2002 apud AMARAL, 2003, p. 88).

França e Calderón (2013) se baseiam em diversos autores para afirmar que a educação superior no Brasil é abandonada enquanto bem público para submeter-se às imposições externas do neoliberalismo.

Amaral (2003) é enfático ao reforçar a influência externa por parte do BM nas políticas de financiamento da educação superior nos países em desenvolvimento,

pois para o BM, as matrículas nas universidades devem ser efetuadas com pouco ou nenhum aumento do gasto público. Segundo Amaral (2003), o Banco ainda orienta:

Na realidade, se pode deduzir que o ensino superior não deve ter a preferência em utilizar os recursos fiscais adicionais disponíveis para o setor educacional em muitos países em desenvolvimento. Este princípio se aplica em particular aos países que não conseguiram acesso, eqüidade e qualidade adequados nos níveis primário e secundário. Além disso, a realidade fiscal na maioria dos países em desenvolvimento indica que, os melhoramentos na qualidade e **o aumento das matrículas no ensino superior deve dar-se com pouco ou nenhum aumento do gasto público.** (BIRD, 1995 apud AMARAL, 2003, p. 89, grifo do autor).

Segundo Amaral (2003), o BM ainda exige como condição para concessão de apoio:

Aos países que buscam seus empréstimos [o Banco] impõe que a educação se ajuste a uma nova realidade de restrições orçamentárias, torne-se mais eficiente, produtiva e útil ao mercado, particularmente estreite seus laços com a indústria e assuma a racionalidade do modelo gerencial. (DIAS SOBRINHO, 2002 apud AMARAL, 2003, p. 91).

Por outro lado, França e Calderón (2013) também trazem o posicionamento de autores que percebem o BM como defensor do subsídio do governo para a educação superior, seja na esfera pública ou privada.

Na nossa compreensão, esse subsídio do governo defendido pelo BM não tem como objetivo o fortalecimento e expansão das universidades públicas, e sim a “garantia” de matrículas em universidades e faculdades privadas:

Os incentivos financeiros para estimular o desenvolvimento das instituições privadas só se justificam em razão de que eles constituem uma forma de aumentar a **matrícula a um custo menor para o governo, que o de ampliar as instituições públicas.** (BIRD, 1995 apud AMARAL, 2003, p. 93, grifo do autor).

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e **fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho.** (BIRD, 1995 apud AMARAL, 2003, p. 93, grifo do autor).

Diante das exigências do BM, o Brasil se rende ao neoliberalismo com mais intensidade, a partir da década de 90, tendo em vista a economia na década de 80,

conforme Silveira (2009), encontrar-se fragilizada devido às condições do fim do regime militar.

Historicamente, o Estado liberal constituiu o arcabouço legal-institucional necessário à implementação do monopólio da racionalidade capitalista. Ele foi, e é, a matriz política do conjunto das práticas sociais capitalistas (mercado), que, por seu lado, aparece como matriz de toda a sociabilidade possível [...]. (DIAS, 1996, p. 130).

Dias (1996) ainda classifica as políticas do Estado liberal como elementos de interdição dos movimentos sociais contrários à racionalidade capitalista, e afirma que o mercado não foi uma implementação natural e sim uma construção efetiva, e ampliado progressivamente pelo Estado.

Na opinião de Silveira (2009), o movimento em direção ao neoliberalismo é sentido com a posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República, e continuado por Itamar Franco, empossado na Presidência em 1992.

No último ano de mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume o Ministério da Fazenda, e em 1995 inicia o primeiro mandato como Presidente da República.

Ainda segundo Silveira (2009), no governo de FHC a política neoliberal é consolidada sob as orientações do Consenso de Washington, caracterizado como:

[...] conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre as regras [...]: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. (POLÍTICA & ECONOMIA, 2011).

A partir de então o monopólio privado se fortalece com a transferência de riqueza proveniente de privatizações, desindustrialização e desnacionalização da economia brasileira, segundo Silveira (2009), levando à adoção do Estado mínimo, e voltado à educação primária, e à infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico.

Em atendimento ao Consenso de Washington, a educação passa a ser mercadoria, ainda segundo Silveira (2009), quem não puder pagar por um bom produto educacional deve usar a rede pública de ensino.

Destacam-se alguns aspectos apontados por Silveira (2009) sobre as características do neoliberalismo, adotadas nos dois mandatos de FHC, no sentido da mercantilização da Educação e em atendimento ao Consenso de Washington:

- Afastamento do Estado como agente financiador da Educação;
- Privatização das instituições públicas de ensino;
- Preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas;
- Estado enquanto agente fiscalizador e regulador e;
- Formação rápida e à distância, normalmente oferecida por agências de mercantilização do ensino.

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado em 1995 pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, tendo como Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no Governo de FHC, o Estado se distingue em quatro setores: estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos, e produção de bens e serviços para o mercado.

As universidades federais se incluem entre os serviços não exclusivos por ser um setor onde o poder público não atua unicamente. As atividades são distribuídas entre as esferas privadas e não-estatais, sendo que essas esferas não possuem poder de Estado, como indicado no PDRAE:

[O Estado] está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida em que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO, 1995, p. 42).

Percebe-se não haver um movimento oficial de privatização direta das universidades públicas, no Plano elaborado na gestão do Ministro Bresser Pereira, mesmo a privatização sendo um item recomendado pelo Consenso de Washington.

No caso brasileiro, entende-se que há um direcionamento à desqualificação das universidades públicas, no sentido de abrir o mercado para as faculdades e universidades privadas, transferindo para elas a atribuição de formação profissional.

Uma legitimação da influência neoliberal é trazida por Lampert (2006), quando se refere à Lei 9.394/96 sobre as Diretrizes Básicas da Educação Nacional, pelo fato da Lei provocar a exclusão social da grande maioria da população, e por vincular a Educação a interesses mercadológicos e globalizantes.

Nesse contexto de desmonte da educação superior pública, ainda conforme Lampert (2006), as universidades públicas têm contribuído com o desenvolvimento de todas as áreas do saber humano, e isso inclui saberes políticos, econômicos, educacionais, entre outros, diante de um cenário precário de infraestrutura.

Lampert (2006) se refere a dados de 2002, para mostrar como o projeto de mercantilização da educação superior vem contribuindo para o desmonte das universidades públicas brasileiras:

Apenas 13% dos brasileiros na faixa de 18 a 24 anos têm acesso, hoje, ao ensino superior. Cerca de 1 milhão de jovens são excluídos anualmente dos bancos da universidade. Pressionado pela redução das fontes de financiamento, inexistência de planos de carreira adequados, redução do quadro de professores e servidores técnico-administrativos, falta de política de incentivo à Ciência e Tecnologia, e tendo que responder à necessidade de assegurar crescentes níveis de excelência, a universidade pública brasileira pede socorro. (ARRAES, 2002 apud LAMPERT, 2006, p. 5).

Nessa perspectiva, Lampert (2006) enfatiza pessimismo quanto ao futuro do Brasil diante do processo da influência neoliberal na educação superior: “[...] um país que não investe em educação superior, produção de conhecimentos, ciência e tecnologia, no atual ritmo, com o passar do tempo tenderá a desaparecer.” (LAMPERT, 2006, p. 8).

Dias (2002) é enfático ao defender um projeto popular composto de ações que impliquem na transformação de grande parte do contexto social do Brasil, onde o objetivo principal é a superação da Ordem do Capital:

Um projeto que reivindique os elementos necessários à liberdade, tais como a questão do controle social dos meios de comunicação de massa, a organização livre e soberana dos trabalhadores, a educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde sob controle dos trabalhadores [...]. (DIAS, 2002, p. 142).

Em relação ao quadro problemático das universidades brasileiras, Lampert (2006) ainda aponta alguns tópicos: orçamentos mais flexíveis, políticas públicas

mais adequadas, investimentos em hospitais universitários, nas bibliotecas e em equipamentos de C&T, e mais:

O Brasil precisa de universidades críticas, voltadas à pesquisa, e não simplesmente de universidades produtivas e mercantilistas, que priorizam o capital em detrimento da formação de cidadãos críticos, engajados em projeto político capaz de reverter o quadro atual. (LAMPERT, 2006, p. 6).

[...] é indispensável que as universidades busquem recursos complementares dos diferentes órgãos de fomento à pesquisa sem, contudo, perderem sua referência e missão social. A maioria dos órgãos de fomento à pesquisa, afetados pela política neoliberal, que privilegia o setor financeiro em detrimento do social, está sendo afetada pelos cortes de verba. (LAMPERT, 2006, p. 8)

Amaral (2003) conclui que foi dada prioridade aos gastos financeiros da União entre os anos de 1989 a 2002, principalmente em 1998, devido ao acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estariam presentes aqui ações ligadas às orientações pós-crise do Estado de Bem-Estar Social que exigem, no ambiente de mundialização do capital, o pagamento em dia das obrigações relacionadas ao capital financeiro. Todas as ações na área social são consideradas menos importantes perante o pagamento de juros e encargos da dívida [...] (AMARAL, 2003, p. 71)

Além da redução dos recursos gastos com o social, Amaral (2003) traz outro fator relacionado a uma política de governo que beneficia diretamente os detentores dos fatores de produção econômica:

[...] os banqueiros, os grandes proprietários rurais e os grandes capitalistas possuem incentivos fiscais que, praticamente, os isentam do pagamento, por exemplo do imposto de renda. A legislação que permite esse privilégio traz como consequência uma redução nos recursos do Fundo Público [...]. (AMARAL, 2003, p. 60).

Portanto, as conseqüências do que é relatado por Amaral (2003) também são refletidas no Plano... (2003): “Esse financiamento oriundo de recursos do Tesouro Nacional tem sido integral para as despesas de pessoal e parcial para o custeio e capital, sobretudo, das atividades de pesquisa e extensão.” (PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA UFPE, 2003, p.20).

O registro do aspecto parcial das verbas para a pesquisa e extensão sugere a adoção de medidas redutoras da lacuna entre as necessidades de investimentos nas bibliotecas e a disponibilidade de recursos financeiros.

Com o desenvolvimento tecnológico, as atividades de acesso à informação exigem mais investimentos em ações planejadas pelas bibliotecas, em sintonia com a transição entre o paradigma do acervo e o paradigma da informação.

Nesse sentido, as bibliotecas são passíveis à alocação de recursos externos, e as bibliotecas da UFPE não fogem à regra, se considerarmos o fato do Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI/UFPE) reconhecer essas fontes de recursos como estratégicas para investimentos em projetos e ações na Universidade, tanto que faz referência aos fundos setoriais das agências oficiais de fomento.

[...] Cada vez mais, o financiamento das despesas de custeio e de capital mais específicas dessas atividades tem sido feito com recursos captados de fonte governamental (federal, estadual e municipal) e privada. A maior parte do financiamento da pesquisa, anteriormente os recursos obtidos das agências de fomento do governo federal, apóia-se atualmente nos Fundos Setoriais. (PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA UFPE, 2003, p.20).

No tópico 2 do Quadro 01, o PEI/UFPE diversifica as fontes de recursos externos ao referir-se a recursos privados, além dos demais tópicos expressarem ações voltadas a políticas de financiamento para a UFPE em relação à geração de receita própria, alocação de recursos, e autonomia de planejamento e gestão:

Quadro 01 – Estratégias para o aumento de recursos na UFPE

ORIENTAÇÕES
01 Aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES;
02 Desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão (através por exemplo, de parcerias com a sociedade);
03 Reestruturar a política de geração de receita própria da instituição;
04 Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais (pessoal, custeio e capital), segundo as prioridades institucionais;
05 Propor a atualização do modelo de financiamento para maior autonomia no seu planejamento e gestão

Fonte: PEI/UFPE – 2003

Os problemas estruturais e os relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão se agravam consideravelmente, e contar apenas com as verbas do FPF intensifica o estado de anomalia em que as bibliotecas da UFPE se encontram.

O crescimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão têm intensificado a demanda por recursos financeiros [...]. Esta tendência coincide com a redução de financiamento ao longo dos últimos anos, representada pela queda dos salários de docentes e funcionários e pela diminuição dos recursos para a manutenção e a infra-estrutura da instituição. Além dos efeitos dessa queda do financiamento, a gestão orçamentário-financeira e administrativa tem se tornado mais centralizada pelo Governo Federal, dificultando iniciativas de melhoria de gestão e planejamento das instituições federais de ensino superior (IFES). (PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA UFPE, 2003, p. 20).

A escassez de recursos não é diferente na UFPE tanto que as diretrizes constantes nos instrumentos de gestão como o PEI/UFPE incentivam a busca por alternativas de financiamentos, como observado no item 02 do Quadro 01.

Compreende-se que a legitimidade da utilização de outras fontes de financiamento é fortalecida por ser indicada em instrumentos de gestão como PEI/UFPE, resultando numa convivência paralela de políticas de investimentos, entre os paradigmas FPF e recursos externos.

Na prática isso acontece, mas precisa ser intensificado com mais participação do SIB/UFPE. É paradigma a elevar-se na medida em que as parcerias da UFPE com as agências oficiais de fomento se tornam mais constantes, como observado a seguir:

Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação contrato
01 Projeto de adequação da infraestrutura para pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco visando o desenvolvimento científico, tecnológico e humano	—	2004
02 Consolidação das atividades de metrologia e de datação arqueológica na UFPE	—	2005
	01 Ampliação e atualização dos acervos das bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais	2005

Fonte: FINEP – Fundo Setorial CT-INFRA. Disponível em: <www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>. Acesso em: 07 abr. 2014. **Continua**

Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação contrato
03 Núcleo de Pesquisa em Inovação terapêutica: consolidação de pesquisa, desenvolvimento e inovação em fármacos e medicamentos em Pernambuco	—	2005
04 Infra-estrutura Multiusuária para Pesquisa em Ciências Exatas e Naturais na UFPE	—	2006
05 Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica: Complementação de Equipamentos e Instalações para Descoberta e Desenvolvimento de Fármacos e Medicamentos.	—	2006
06 Consolidação do Núcleo de Pesquisa em Meio Ambiente com Implementação da Rede de Laboratórios Multiusuários em Monitoramento e Recuperação Ambiental.	—	2006
07 Metrologia Arqueológica e Patrimonial	—	2006
08 Consolidação de Rede de Pesquisa sobre Energia da Biomassa na UFPE	—	2006
09 Implementação do Núcleo de Bioengenharia	—	2006
10 Apoio à modernização da infraestrutura para pós-graduação e pesquisa em Física da matéria condensada	—	2007
11 Implantação do Centro de Genômica, Biotecnologia e Bioprospecção vegetal	—	2007
12 Consolidação da infraestrutura do Núcleo de Pesquisas em Metrologia arqueológica e patrimonial	—	2007
13 Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica: fármacos, medicamentos e outros insumos essenciais para a saúde, PD&I	—	2007
14 Centro para Estudo da origem fetal de doenças prevalentes na vida adulta	—	2007

Fonte: FINEP – Fundo Setorial CT-INFRA. Disponível em: <www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>. Acesso em: 07 abr. 2014. **Continua**

Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação contrato
15 Ampliação da infra-estrutura para caracterização da biodiversidade	—	2007
16 Consolidação do Núcleo de Bioengenharia	—	2007
17 Núcleo de Pesquisa em inovação terapêutica, fortalecimento e ampliação da capacidade da UFPE em atuar na cadeia produtiva e inovativa farmacêutica	—	2008
18 Ampliação do Núcleo de Bioengenharia	—	2008
19 Ampliação da infraestrutura multiusuária do DQF/UFPE como suporte ao desenvolvimento da área de Química no Estado de Pernambuco e Região Nordeste	—	2008
20 Expansão e recuperação da infraestrutura física dos laboratórios de pesquisa do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco	—	2008
21 Núcleo de Prospecção e Gestão de Biodiversidade do Nordeste	—	2008
22 Complementação da Infra-estrutura do Centro para o Estudo da Origem Fetal de Doenças prevalentes da Vida adulta	—	2008
23 Infra-estrutura para o Núcleo de Pesquisa em Sistemas de Informação e Decisão	—	2008
24 Complementação da infra-estrutura do Centro de Bioterismo da UFPE	—	2008
25 Implantação da infraestrutura do INCT para Engenharia de Software e modernização/adequação da infraestrutura de pesquisa da Pós-Graduação do CIn/UFPE	—	2009
26 Núcleo em ensaios não destrutivos de aplicações de raios X	—	2009
27 Implantação do NGDF (Núcleo de Genética de Doenças Complexas e Farmacogenômica) da UFPE	—	2009

Fonte: FINEP – Fundo Setorial CT-INFRA. Disponível em: <www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>. Acesso em: 07 abr. 2014. **Continua**

Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação contrato
28 Ampliação da infraestrutura multiusuária do DQF como suporte ao desenvolvimento da área de Química no estado de Pernambuco e Região Nordeste-ETAPA 2	—	2009
29 Revitalização da infraestrutura multiusuária de pesquisa do Departamento de Física da UFPE	—	2009
30 Consolidação da infraestrutura física de pesquisa multiusuário do Programa de Pós-graduação em Ciência de Materiais da UFPE	—	2009
31 Implantação de novas tecnologias para o desenvolvimento de pesquisas em design de moda e de produtos voltados para a sustentabilidade local	—	2010
32 Estruturação da infra-estrutura de pesquisa e pós-graduação do Núcleo de Tecnologia do CAA da UFPE	—	2010
33 Criação da 1ª etapa do Centro de Estudos em Saúde e Biodiversidade do Centro Acadêmico de Vitória	—	2010
34 Inovação no diagnóstico do câncer	—	2010
35 Complementação da infraestrutura multiusuária do Núcleo de Prospecção e Gestão da Biodiversidade do Nordeste	—	2010
36 Laboratório de Instrumentação, Sensores e Telemetria	—	2010
37 Implantação do Laboratório Multiusuário de Imagem e Espectroscopia Nanoscópicas	—	2010
38 Avanço da infra-estrutura multiusuária do DQF	—	2010
39 Instalação do CEBIO – Apoio à Produção de Fármacos, Insumos e Processos Biotecnológicos com Aplicações na Saúde, Indústria e Meio Ambiente	—	2010
40 Infraestrutura para o PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	—	2010

Fonte: FINEP – Fundo Setorial CT-INFRA. Disponível em: <www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>. Acesso em: 07 abr. 2014. **Continua**

Quadro 02 – CT-INFRA recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação contrato
41 Implantação da infraestrutura multiusuária de pesquisa do NEAM – fortalecimento do intercâmbio dos Centros de informática e de Ciências Exatas da UFPE	—	2011
42 Plataforma de P, D, & I para fármacos e medicamentos: bioensaios	—	2011
43 Atualização e implantação de laboratórios multiusuários do Departamento de Física	—	2011
44 Consolidação da pesquisa translacional na UFPE: prevenção, controle e determinantes sociais de doenças reumatológicas e cardiovasculares	—	2011
45 Química para materiais integrados, nanodispositivos fotônicos e resolução analítica: desenvolvimento de uma química de fronteira na Região Nordeste	—	2011
—	—	2012
46 Ampliação, modernização e inovação na infraestrutura de pesquisa da UFPE	—	2013
47 Consolidação e ampliação da infraestrutura de pesquisa nos Campi Regionais da UFPE	—	2013
TOTAL/UFPE: 47	TOTAL/SIB: 01	

Fonte: FINEP – Fundo Setorial CT-INFRA. Disponível em: <www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>. Acesso em: 07 abr. 2014. **Conclusão**

Quadro 03 - Preservação de Acervos recursos recebidos UFPE e SIB/UFPE entre 2004 e 2013

Projetos UFPE	Projetos SIB	Aprovação Contrato
	01 Projeto de Restauro do Acervo de Obras Raras da Faculdade de Direito do Recife	2008
TOTAL/UFPE: --	TOTAL/SIB: 01	

Fonte: BNDES – Fundo Programa Preservação de Acervos. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/editais_antteriores.html>. Acesso em: 09 mar. 2014.

É preciso então que os gestores, bibliotecários, participantes do SIB/UFPE tenham ampliado seus níveis de conscientização política, e que acompanhem com persistência os informes político-administrativos do Governo Federal para o fortalecimento das ações e o enfrentamento da necessidade de alocação de recursos, ou seja, o novo paradigma exige posturas pró-ativas dos participantes do SIB/UFPE.

3.2 A MUDANÇA DE PARADIGMAS E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO NO SIB/UFPE

A mudança de paradigmas atinge as organizações, tendo em vista as instituições sofrerem sistemicamente os impactos das mudanças macroambientais, e também microambientais.

O resultado são discussões sobre reconfigurações de processos e de atividades, e no caso das bibliotecas, elas precisam dar respostas favoráveis aos desafios impostos pelo macroambiente e pelo microambiente, na perspectiva do bom atendimento aos usuários.

A mudança de paradigmas, inicialmente, inclui também mudanças de posturas e de visões políticas por parte dos governantes e dos gestores, a partir do reconhecimento dos problemas estruturais nas bibliotecas e a consideração dos problemas nas políticas públicas e nos programas de governo.

O paradigma vigente, representado pela atual política de financiamento para bibliotecas com recursos do FPF, necessita de análise profunda quanto a sua eficácia, como proposto na idade da recorrência, conforme Carrilo (1981 apud González, 2005).

Melo (2013) chama atenção para a necessidade de revisão e planejamento das fontes de recursos do SIB/UFPE. Entre os argumentos de Melo (2013), destaca-se o fato do comprometimento da eficácia das bibliotecas, se as unidades continuarem contando com recursos escassos ou com “fontes vulneráveis de verbas como multas para suprirem suas necessidades.” (MELO, 2013, p. 116).

Deve-se atentar para a captação de recursos, para critérios corretos de distribuição de verbas, para o desenvolvimento de ações dentro e fora da universidade que possam subsidiar com qualidade projetos. Projetos estes que devem ser pensados e desenvolvidos pelos

gestores do SIB com o objetivo de fazer com que a biblioteca atue de forma adequada e eficiente em cima das necessidades de seus usuários. (MELO, 2013, p. 116).

Entende-se que executar atividades baseadas em projetos é válido, se condicionado ao respaldo da garantia dos órgãos públicos em liberar recursos para materializar resultados desejados.

O bibliotecário deve estimular-se a apresentar projetos às agências de fomento, a fim de amenizar as consequências da ausência de vontade política dos governantes e dos gestores públicos.

Observa-se que o desafio a ser vencido pelas bibliotecas universitárias federais não é apenas a incerteza da garantia de recursos financeiros, mas principalmente sua posição passiva diante das instituições que as mantêm.

Para tanto, é necessário uma mudança de visão por parte dos organismos governamentais no sentido de inserir as bibliotecas universitárias federais em programas e planos de financiamento.

Durante a concepção do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) que, segundo Teixeira e Rappel (1991), Plano resultante da constatação de lacunas em setores de C&T, considerados prioritários por diversas agências governamentais entre 1982 e 1983, percebem-se a ausência de ações voltadas às bibliotecas universitárias federais, principalmente no campo da política, do planejamento, da gestão, e da informação em C&T em itens como:

[...] consolidação de seis núcleos de estudos e pesquisas sobre política e administração de C&T; criação e consolidação de dois cursos ao nível pós-graduado em PGCT; [...] implantação do Sistema de Acesso Público a Bases de Dados; consolidação dos programas setoriais de informação em química, biotecnologia, geociências, tecnologia mineral e instrumentação. (TEIXEIRA; RAPPEL, 1991, p. 117).

Não se pensam nas bibliotecas enquanto instituições estratégicas para a consolidação e o desenvolvimento de pesquisas em C&T, na condição de intermediadoras entre a informação registrada e os pesquisadores, o foco do PADCT, como se observa, é no ensino das ciências e nos recursos tecnológicos de desenvolvimento das pesquisas, instrumentos imprescindíveis ao acesso à informação, função típica das bibliotecas e negligenciada pelo PADCT.

Segundo Silva (2009) é criado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) em 1986 com intuito de organizar as bibliotecas universitárias conforme os objetivos do PADCT. Ainda Segundo Silva (2009), o propósito também é criar uma política ou órgão que representasse as bibliotecas universitárias junto ao Governo, principalmente pelo fato do IBICT tratar de informação científica e tecnológica como um todo, sem um direcionamento exclusivo para as bibliotecas.

É publicado no Diário Oficial da União, no dia 30 de abril de 1986, o Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, o PNBU. O documento, no Art. 2º estabelecia como objetivos:

- I - Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.
- II - Integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias.
- III - Assessorar, através da SESU, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias. (REGIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1986, p. 6225).

No Art. 3º o referido Regimento faz referência às necessidades de alocação de recursos além das fontes convencionais, como o FPF, por exemplo. O documento indica que os recursos devem ser provenientes também, no inciso II, de financiamento e subvenções de órgãos externos.

Portanto, essa parte do documento já sinaliza para a diminuição do repasse das verbas do FPF para as universidades, e conseqüentemente, para as bibliotecas universitárias, mas o PNBU não seguiu adiante, e a infraestrutura das bibliotecas se mantém carente de investimentos até o momento.

[...] a elaboração desses planos e programas de ICT se constituiu em uma política de governo que não sobreviveu à troca de governantes. Junte-se a isso a queda da ditadura e o restabelecimento da democracia, modificando totalmente a forma da gestão pública, contribuindo para a fragmentação dos planos e das ações programadas, configurando-se um quadro de permanente descontinuidade política brasileira. (SILVA, 2009, p. 31).

Em âmbito local, Melo (2013) faz uma abordagem dos problemas de infraestrutura nas bibliotecas da UFPE. Entre os dados coletados por Melo (2013), os relatos trazem problemas de ordem primária como:

- Ausência de infraestrutura adequada para oferecimento de serviços básicos;

- Problemas com falta e manutenção de equipamentos e de espaços físicos, incluindo laboratórios;
- Inadequação de espaços físicos e de equipamentos para pessoas portadoras de deficiências;
- Problemas de layout e de acústica; e
- Dificuldades dos usuários em utilizar as coleções eletrônicas nas bibliotecas.

[...] o problema de infraestrutura inadequada e sem qualidade compromete diretamente os serviços disponibilizados pelas bibliotecas da UFPE. Pelos relatos percebe-se um oferecimento de coleções digitais e de materiais multimídias, porém, não há equipamentos adequados para a utilização e acesso dessas coleções. Esse é um indicador de que o investimento precisa ser estudado para suprir essas deficiências. (MELO, 2013, p. 83).

Os problemas de infraestruturas no SIB/UFPE são reconhecidos e considerados nos documentos ou instrumentos de gestão da UFPE. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009 - 2013 há indicações de itens que demonstram melhorias, atualizações e ampliações de serviços e de espaços:

Quadro 04 – Ações do PDI/UFPE para bibliotecas 2009 – 2013

ORIENTAÇÕES
01 melhorar a infra-estrutura tecnológica das bibliotecas
02 ampliar as instalações físicas das bibliotecas do campus, em especial da biblioteca Central, provendo-as de equipamentos e mobiliário adequado;
03 Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas do sistema;
04 Ampliar horário de atendimento;
05 Melhorar as condições de segurança interna

Fonte: PDI/UFPE - 2010

Ao verificar os quadros 02 e 03, constata-se o SIB/UFPE ainda em passos lentos quando comparado à UFPE na utilização de recursos externos para financiamento de projetos, um contrassenso diante das ações previstas no PDI 2009 – 2013.

Enquanto a UFPE apresenta o total de 49 projetos aprovados e executados com recursos externos, o SIB/UFPE incide apenas com 02 projetos no período de 2004 a 2013.

A mudança desse quadro nas bibliotecas da UFPE depende também de esclarecimentos aos usuários das bibliotecas para reclamarem. É preciso garantir o acesso às redes, à informação disponibilizada e necessária à formação para o exercício das diferentes formações profissionais.

Então, diversificar as fontes de recursos, incluindo as fontes externas, abre perspectivas de ações direcionadas à aceleração do SIB/UFPE ao paradigma da informação.

4 REPENSAR AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PERSPECTIVA DE NOVOS INVESTIMENTOS

A sociedade do conhecimento provocou mudanças nas formas de produção e de oferecimento de serviços, a partir do momento em que o conhecimento passou a ter valor econômico. Portanto, as universidades são estratégicas por possibilitar a geração de conhecimentos com grau de inovação, tecnologia e inteligência, conforme Dib e Silva (2006).

Da mesma forma, as bibliotecas universitárias, ao apoiarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, têm papel preponderante no desenvolvimento da sociedade, pois são mediadoras no processo de geração e produção do conhecimento. Contudo, essas bibliotecas, principalmente quando públicas, têm limitações que as impedem de atuarem plenamente, sejam elas referentes a pessoal, a recursos materiais e financeiros ou a infraestrutura. (DIB; SILVA, 2006, p. 21).

Outro impedimento, trazido por Silveira (2009), enfrentado pelas bibliotecas universitárias é a complexidade da própria condição de subsistema, e por isso, condicionadas às forças políticas conflitantes e adversas dos ambientes interno e externo das instituições com as quais mantêm vínculos.

Esse exemplo de biblioteca é caracterizado como instituição que age sem estratégias próprias, muitas vezes, em função de uma demanda desorganizada. Uma biblioteca sem identidade, levando-a a situar-se num nível diferenciado de

importância em comparação aos demais órgãos da universidade, conforme Heemann, Costa e Matias (2000 apud DIB; SILVA, 2006, p.21).

Ainda de acordo com Heemann, Costa e Matias (2000 apud DIB; SILVA, 2006, p.21) o monitoramento do ambiente em que a biblioteca está inserida é capaz de combater essa inércia, na perspectiva de fortalecer e inovar a imagem da unidade de informação.

[...] no caso da biblioteca universitária, é necessário examinar as enormes possibilidades do futuro e entender que o desafio mais crítico será remover os obstáculos que a impedem de responder às necessidades de uma clientela em mudança, transformar os processos e estruturas administrativas que caducaram e questionar premissas existentes. Aquela biblioteca que der um passo nesse processo de mudança irá renascer... (CUNHA, 2000 apud DIB; SILVA, 2006, p. 22)

Nessa perspectiva, apontamos como necessário o monitoramento do ambiente externo das bibliotecas universitárias, a fim de identificar oportunidades (*opportunities*), um dos mecanismos da matriz SWOT, de acordo com Dib e Silva (2006):

- a) análise empírica de fatos e eventos portadores de futuro que poderiam influenciar as bibliotecas universitárias;
- b) avaliação das condições do mercado por meio da utilização da matriz SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats em que foram identificadas como:
 - potencialidades (strengths) - as características positivas das bibliotecas universitárias, tanto sob a sua ótica interna, quanto sob o ponto de vista de seus usuários;
 - fraquezas (weaknesses) - as deficiências internas existentes nas bibliotecas universitárias que prejudicam sua eficiência operacional e sua imagem diante do público-alvo;
 - oportunidades (opportunities) - as condições externas às bibliotecas universitárias que podem contribuir para o êxito de seus objetivos;
 - ameaças (threats) - as condições do ambiente externo que podem prejudicar a concretização da missão da biblioteca universitária.
- c) utilização do modelo das cinco forças competitivas de Porter, adaptado para o setor de serviços, em função do tipo de instituição analisada, as bibliotecas universitárias, que não têm fins lucrativos. (DIB; SILVA, 2006, p. 22).

Ainda segundo Dib e Silva (2006), os problemas econômicos enfrentados pelo País afetam diretamente as universidades, e, conseqüentemente, as bibliotecas universitárias porque são instituições dependentes financeiramente das instituições as quais são vinculadas.

Ao analisar este cenário, constatou-se a necessidade de essas bibliotecas buscarem alternativas efetivas para a captação de recursos que viabilizem a implementação de ações que visem a melhorias (infra-estrutura, capacitação de seus funcionários etc.) e otimizem o seu funcionamento. (DIB; SILVA, 2006, p. 22).

O processo de renascimento abrange, principalmente, aspectos relacionados a formas de repensar as bibliotecas universitárias na própria essência e com o intuito de defini-la na perspectiva, do “[...] seu sentido de lugar, de produtos e serviços, para a comunidade acadêmica [...]” (CUNHA, 2010, p. 2).

Entende-se que tanto o sentido de lugar quanto o de produtos e serviços são mutáveis. Para Cunha (2010) a tecnologia digital provoca impactos na percepção da biblioteca, enquanto fonte principal de busca por informação. Entre os impactos, as formas de armazenamento e de transmissão do conhecimento registrado desencadeiam novos instrumentos e estratégias de acesso à informação.

O motivo é o fato das bibliotecas vivenciarem profundas transições, e os governantes e gestores precisam perceber as mudanças em curso para tomarem consciência do estado de anomalia em que as bibliotecas se encontram, a fim de adaptarem-nas às exigências do contexto informacional.

Conforme Coelho Neto (1996), a informação se torna objeto de estudo da Biblioteconomia no século XX, onde as tecnologias assumem papel importante no processo de mudanças. Compreende-se que o SIB/UFPE precisa apoderar-se dessas tecnologias para promover o acesso e o intercâmbio da informação.

Apoderar-se dessa tecnologia implica no movimento em direção da diminuição da influência do paradigma do acervo no contexto das bibliotecas da UFPE.

O paradigma do acervo é caracterizado, conforme Targino (2010), pela prioridade às grandes coleções e aos edifícios majestosos, onde o valor social da biblioteca é atrelado à dimensão do acervo.

A gestão dos recursos para as bibliotecas na UFPE, além de priorizar atividades e estruturas do paradigma do acervo, como constatado por Melo (2013), ainda se volta às fontes convencionais de investimentos, gerando uma crise entre o que de fato é oferecido pelas bibliotecas e as reais necessidades dos usuários.

Essa crise mostra como as bibliotecas refletem as mudanças paradigmáticas da sociedade. São mudanças que desafiam o Estado a garantir condições às bibliotecas para atenderem às necessidades de informação dos usuários.

[...] a biblioteca é, fundamentalmente, instituição social. Como tal, está sujeita a todo e qualquer processo de transmutação que atravessa a sociedade. Em qualquer nível que opere, cabe a ela maximizar a utilidade social dos registros gráficos ou eletrônicos, mantendo vivas a identidade e a memória da cultura nacional e local, ou seja, a biblioteca não está à margem da sociedade. Ao contrário. Está inserida no âmago da tessitura social, e, assim sendo, sofre as mutações contínuas que afetam a sociedade como um todo [...]. (TARGINO, 2010, p. 40).

Valentim (1995) recorre à evolução da Biblioteconomia e da biblioteca para perceber como as alterações, ocorridas historicamente, foram incrementadas nos processos de armazenamento e de organização de documentos.

Valentim (1995) ainda destaca o surgimento da Museologia e da Arquivologia como resultado do não atendimento aos usuários em atividades, antes passadas despercebidas pelos bibliotecários, sinalizando, assim, resistência desse profissional às mudanças.

O fato perturbador é que a vasta maioria das pessoas, incluindo gente culta ou que possui outras formas de sofisticação, acha a idéia das mudanças tão ameaçadora que tenta negar a sua existência. Mesmo muitas pessoas que têm uma compreensão intelectual de que a mudança se encontra em aceleração, ainda não incorporaram esse conhecimento, não levam em conta este fato social crítico ao planejar suas próprias vidas sociais. (TOFLER, [1992?] apud VALENTIM, 1995, p. 4).

A incorporação do conhecimento possibilita ao bibliotecário perceber mudanças nas práticas e nas atividades voltadas ao atendimento dos usuários, mas a incorporação precisa associar-se a um plano de formação continuada.

É importante ressaltar que no mercado de trabalho verifica-se dois tipos de profissionais: os atuantes no velho paradigma por questões diversas como o não investimento por parte do profissional na educação continuada, falta de recursos na organização para desenvolver o trabalho pautado no novo paradigma, enfim muitas variáveis podem ser responsáveis por essa realidade. Por outro lado, detecta-se profissionais que já estão atuando no paradigma da informação. (VALENTIM, 1995, p. 4).

As variáveis responsáveis pelo atual contexto das bibliotecas, frente aos novos paradigmas, não estão apenas no olhar do profissional, mas principalmente na reformulação de mecanismos de governo e de gestão para a execução de projetos em sintonia com o paradigma da informação.

[...] Não importa conceituação, categorização ou tipologia de bibliotecas, se não há predisposição dos profissionais em consolidá-las como tal e, sobretudo, se não existir vontade política para acioná-las como verdadeiros centros de aprendizagem. Questionados sobre a importância da biblioteca nas escolas, nos institutos de pesquisa, nas universidades etc., não há administrador que refute seu valor. No momento das decisões, os cortes orçamentários, a designação de servidores imprestáveis ou a indicação de nomes políticos para as chefias dessas instituições desmentem as palavras vãs de muitos administradores e governantes. Contra essa postura, não há paradigma que resista à inoperância e ao desvirtuamento das bibliotecas como centros de ação cultural. (TARGINO, 2010, p. 41).

Com base em Targino (2010), entende-se que a forma de pensar dita a regra para a valorização ou desvalorização das bibliotecas. Não se pode dar um salto para o futuro se os governantes não sincronizarem seus discursos com as próprias práticas, e assim, gerirem os recursos públicos em direção ao desenvolvimento das bibliotecas.

A partir de Targino (2010) reafirma-se a necessidade de mudanças de postura no serviço público para promover a operacionalização do novo paradigma, a fim de viabilizar ajustes diante de um contexto informacional e virtual que extrapola a ideia de lugar e de espaço com a qual a sociedade está habituada.

Segundo Cunha (2010), a internet se tornou a maior fonte de informação do mundo. O autor apresenta dados de 2010 para mostrar que, de um bilhão e oitocentos milhões de pessoas, em torno de 26,6% da população do mundo passaram a usar essa fonte de informação e de comunicação.

Cunha (2010) ainda aponta a qualidade da informação da web como principal fator de preservação do papel da biblioteca universitária, como vital ao ensino superior, devido à confiabilidade e à credibilidade da informação armazenada e disponibilizada nessas instituições, e mesmo assim, o uso da internet é crescente.

[...] Apesar de existir certa suspeita em relação à qualidade da informação hospedada nessa rede mundial, as estatísticas indicam que o uso da web continua a aumentar. A suspeita da baixa qualidade de informação encontrada na Web parece não desencorajar sua atração. É impressionante que, em pouco menos de cinco anos, houve um aumento de 11%, passando de 15% no final de 2004, para 26,6% da população mundial em meados de 2010. (INTERNET WORLD STATS, 2010 apud CUNHA, 2010, p. 7).

As bibliotecas universitárias em geral, conforme Cunha (2010) e Melo (2013), ainda atuam costumeiramente e oferecem serviços de acesso local aos documentos físicos, característica do paradigma do acervo, mesmo que pressionadas por mudanças por conta desse contexto tecnológico. Algo que, para Cunha (2010), pode ser atribuído à inércia institucional.

Da mesma forma, as bibliotecas têm valiosos acervos em suportes ainda não digitalizados que são vitais para pesquisa em muitas áreas. Mesmo com uma revolução tão rápida, isto ainda requer um período de transição durante o qual as atuais operações das atuais bibliotecas continuam sendo necessárias. Assumindo que esta transição possa se alongar por mais uma década, devemos olhar para o futuro em longo prazo. (CUNHA, 2010, p. 8).

A essência das bibliotecas universitárias, em termos de produtos e serviços, faz repensar sobre a relevância das obras raras presentes em cada unidade, porque o processo de ressignificação dessas obras as torna vulneráveis a qualquer ação de preservação, conforme a perspectiva de Cunha (2010), quanto à transição em longo prazo das obras em formato físico para o digital. Então,

As bibliotecas universitárias, como suportes à produção de conhecimento, devem, portanto, assumir uma política de preservação dos acervos históricos, visto que, por meio desta documentação, desenvolvem-se pesquisas que trazem benefícios para o futuro e resgatam-se elementos da história cultural de um povo. (RODRIGUES, 2006, p. 116).

É necessária a adoção de tecnologias e técnicas para fazer com que a preservação seja executada, visando a assegurar a perenidade dos acervos valiosos. Entre as técnicas de preservação, Silva (1998) traz elementos constituintes das tecnologias de preservação de acervos:

[...] a conservação preventiva, as técnicas de conservação/restauração propriamente ditas, o controle da temperatura, da umidade relativa do ar, da luz, dos poluentes atmosféricos, a desacidificação em massa, a reformatação em papel, (fílmica ou digital), e as novas ferramentas intelectuais para gerenciamento ambiental [...]. (SILVA, 1998, não paginado).

São técnicas e atividades que necessitam de recursos constantemente porque os custos de aquisição, adoção e manutenção permanente são altos e por conta disso, obras valiosas se encontram em perigo de desaparecimento.

São obras ainda não digitalizadas, mas de importância extrema às pesquisas no sentido do resgate e do fortalecimento da memória social e cultural da sociedade.

Portanto, repensar a biblioteca universitária na perspectiva dos produtos e serviços, conforme sugerido por Cunha (2010) é verificar também formas, fontes e novas alternativas de investimentos.

Os recursos das bibliotecas, dos arquivos e de outras instituições são variáveis. Alguns estão relativamente bem providos, enquanto outros estão tão desesperadamente sem recursos que seus acervos se encontram constantemente em perigo. No entanto, é inegável que muito poucas instituições, para não dizer nenhuma, dispõem de todos os recursos que necessitam. A obtenção de financiamento suficiente para proteger o patrimônio documental é uma necessidade constante e, em muitos casos, uma luta permanente. Insta-se a todos os governos nacionais a que dotem suas instituições de recursos suficientes e, na medida de suas capacidades, a que reconheçam oficialmente a suas responsabilidades e ajam para preservar seu patrimônio documental. (UNESCO, 2002, p. 40).

4.1 NOVOS ESPAÇOS E PRODUTOS INFORMACIONAIS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Cunha (2010), na perspectiva de repensar a biblioteca universitária em termos de produtos e serviços, reflete sobre a utilização da biblioteca 2.0 a partir da web 2.0. Para ele, o uso contínuo desse recurso provocará o decréscimo do atendimento presencial do usuário.

Segundo Cunha (2010, p. 13), “[...] a nova biblioteca 2.0 é centrada e dirigida para o usuário com aplicações de interação, colaboração e tecnologias multimídias baseadas na internet”.

Cunha (2010) compara as formas dos usuários lidarem com os recursos oferecidos pelas webs 1.0 e 2.0, destacando a mudança de perfil e de competência dos indivíduos no processo de construção da informação e de interação em rede.

Na primeira fase da internet, os usuários da web 1.0 apenas consumiam informação, eram incapazes de alterá-la ou produzir novas versões. A informação fluía em apenas um sentido, do produtor para o consumidor. No momento atual, o objetivo principal da web 2.0 é a construção do conteúdo, ou seja, todos os usuários podem contribuir para o desenvolvimento e expansão da internet, criando e editando o conteúdo de forma coletiva. (CUNHA, 2010, p. 13).

Nessa maré de mudanças, o serviço de referência convencional nas bibliotecas entra em declínio, conforme Cunha (2010), por conta do crescente percentual de documentos em formato digital disponibilizados na rede. Ainda segundo Cunha (2010), a biblioteca passa a oferecer o serviço de referência através da internet, com a utilização de diversas ferramentas digitais.

Essa nova referência, também denominada referência digital, agora também pode ser contatada via bate papo em linha, correio eletrônico, redes sociais (*entre elas o Twitter e o Facebook*), telefone celular, telefone via internet (*IP phone*) e também continua atendendo por meio da centenária rede de telefone fixo. (CUNHA, 2010, p. 14).

O processo de mudança também inclui os livros eletrônicos entre os produtos e serviços ofertados aos usuários. Segundo Cunha (2010), em 2010 a tecnologia de leitura de livros eletrônicos passa a fazer parte dos materiais para empréstimo domiciliar em bibliotecas universitárias dos Estados Unidos, e as licenças concedidas pelas editoras permitem o download das obras para impressão e uso pessoal.

Ainda segundo Cunha (2010) outra área do acervo informacional com tendência a crescimento é a ciência eletrônica (e-science), constituída de bases de dados numéricos e resultados de pesquisas realizadas por instituto, faculdades, e departamentos.

Conforme Cunha (2010), enquanto gestora do conhecimento, a biblioteca universitária precisa conhecer os conteúdos dessa ciência hospedada nos laboratórios e gabinetes dos professores.

Uma definição ampla da ciência eletrônica significa que para apoiá-la necessariamente estão sendo incorporados uma série de atividades e serviços. Tal apoio exige o desenvolvimento, a coordenação e investimentos em vários setores da biblioteca para criar um sistema onde, certamente, estarão envolvidos a segurança dos dados, a preservação, o acesso e o controle dos metadados. Esses setores encontram na biblioteca universitária o seu nicho natural. (CUNHA, 2010, p. 11).

Em continuação ao processo de gestão da produção científica de pesquisadores e docentes por parte da biblioteca universitária, Cunha (2010) traz a

ideia do repositório eletrônico, voltado à criação e manutenção de coleção de dados e de documentos.

Como resultado da crise de 1994, devido às restrições de direitos autorais e ao custo elevado das assinaturas dos periódicos eletrônicos impostos pelas editoras, é criado o repositório institucional (RI), onde as instituições de ensino superior reivindicam o direito de publicar a produção intelectual dos próprios docentes para acesso livre, segundo Cunha (2010).

Em 2002, conforme Cunha (2010), a biblioteca universitária se torna criadora de recursos digitais, ou seja, de documentos resultantes de pesquisas e de ensino, como teses, pré-publicações e material didático, todos com conteúdo científico e informativo, reunidos em RI, indexados e recuperados também através dos motores de busca como o Google, e por meio de portais e outras interfaces.

À medida que a biblioteca caminha para a era digital, a mudança será inevitável, indo muito mais do que a oferta de livros eletrônicos. A missão e a existência da biblioteca universitária estão sendo questionadas. Se o serviço de auto-atendimento prevalecer, então o papel do bibliotecário deve mudar e suas interfaces com os usuários devem acompanhar essas alterações. O problema é que nessas mudanças existem inúmeras questões culturais, tecnológicas e comerciais, mas o principal fio condutor delas deve ser a redução dos custos da biblioteca e o aumento da qualidade dos serviços e produtos disponíveis a usuários locais e remotos. (CUNHA, 2010, p. 18).

As perspectivas na direção de uma biblioteca universitária mais voltada ao paradigma da informação não encontra respaldo entre 2004 e 2013, pois os resultados dos editais de chamadas da FINEP e do BNDES, respectivamente no fundo CT-INFRA e no Programa Preservação de Acervos, as bibliotecas da UFPE não apresentam incidências significativas quanto ao uso dos recursos disponibilizados por esses fundos, conforme quadros 02 e 03, tanto que os problemas apresentados por Melo (2013) sinalizam para essa falta de iniciativa do SIB/UFPE.

Historicamente, o SIB/UFPE possui ações direcionadas a solucionar ou amenizar problemas semelhantes aos apontados por Melo (2013) no Quadro 06. São ações representadas pela aquisição de tecnologias de acesso à informação, resultantes de convênios com entidades nacionais e internacionais com mais intensidade na década de 1980.

Nessa década a Biblioteca Central oferece serviços diferenciados como o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), levantamentos bibliográficos e acervos de vídeo, conforme SIB (2009).

Ainda de acordo com o SIB (2009), a Biblioteca Central da UFPE firma convênio com o Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME), contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas e de trabalhos acadêmicos voltados à área de Saúde em geral.

Na década de 1990, o SIB/UFPE prossegue com investimentos em ciência e tecnologia ao instituir a catalogação cooperativa, através da Rede Bibliodata/Calco em convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme o SIB (2009).

Como também, de acordo com o SIB (2009), mais adiante os serviços e acervos das bibliotecas da UFPE são automatizados através do Sistema de Automação de Bibliotecas (SAB e SAB2), e tanto os serviços bibliotecários quanto o catálogo das coleções são executados e acessados online localmente.

Como resultado da evolução do SIB/UFPE, estão os seguintes serviços:

É oferecido aos usuários, segundo o SIB (2009), o PROQUEST, caracterizado por bases de dados online e full text, possibilitando mais agilidade no acesso à informação científica e tecnológica.

Além disso, o usuário passa a ter acesso ao banco de dados FIRST SEARCH como resultado de convênio entre o SIB/UFPE e a Online Computer Library (OCLC).

Para intensificar as pesquisas, segundo o SIB (2009), são implementados os serviços de Comutação Eletrônica COMUT; o SIB/UFPE passa a integrar a Rede Antares; a participar do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN) como resultado de convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O SIB/UFPE também oferece treinamento nos centros acadêmicos da Universidade sobre o acesso à WEB OF SCIENCE a toda a comunidade da UFPE. Como também, disponibiliza na internet a biblioteca online da Universidade, além de adquirir o software Ariel através do Programa de Reengenharia do ensino da Engenharia (REENGE), e se integra à Rede de Bibliotecas da área de Engenharia (REBAE), segundo SIB (2009).

Ainda, conforme o SIB (2009), nos anos 2002 e 2003, o SIB/UFPE adquire o Sistema Pergamum em substituição ao SAB 2, onde os serviços de acesso à informação são efetuados remotamente através da internet.

Essa trajetória mostra a evolução do SIB/UFPE no processo de transitório entre o paradigma do acervo e o paradigma da informação, o que evidencia necessidade de investimentos contínuos em infraestruturas de pesquisas e de tecnologias nas bibliotecas, além da disponibilização de espaços para o desenvolvimento de estudos e discussões.

A institucionalização da política de financiamentos com recursos externos da UFPE, legitimada pelo Plano... (2003), sugere aos órgãos da UFPE, inclusive ao SIB, alocarem recursos como forma de compensação da redução do repasse das verbas destinadas à Educação.

É outro paradigma, além do paradigma da informação, a elevar-se no contexto do SIB/UFPE, desafiando-o a perceber que outras fontes de recursos financeiros são necessárias para intensificar a trajetória de investimentos em infraestrutura, e no desenvolvimento de pesquisas nas bibliotecas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

O estudo em questão tem relação com a área de Ciências Sociais Aplicadas, e vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, vinculado à linha de pesquisa Conhecimento tecnológico e relações sociais.

Trata-se de estudo de natureza exploratória, pois se baseia no conceito de pesquisa exploratória de Gil (2002) ao referir-se à reelaboração dos dados em outras investigações, com base nos objetos da pesquisa atual, por dar margem a novas investigações sobre o tema em questão, e assim, possibilitar a construção de hipóteses, também por envolver levantamento bibliográfico e análises de exemplos estimuladores da compreensão.

Assume também natureza de pesquisa aplicada, conforme Vergara (2011), motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, sendo ou não de forma imediata.

Situação também proposta por Chizzotti (1998, p. 89): “Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas.”

5.2 CAMPO DA PESQUISA

Possui como campo de pesquisa a FINEP e o BNDES por atender ao critério de financiamento de projetos com recursos não reembolsáveis a bibliotecas universitárias federais, entre 2004 e 2013, como também por possibilitar a adesão do SIB/UFPE ao financiamento de projetos com recursos externos.

As outras agências oficiais de fomento não interessam ao estudo por não atender ao critério estabelecido. A exceção é o BNB que possui a modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis, mas sem projetos aprovados para bibliotecas universitárias federais entre 2004 e 2013.

5.3 POPULAÇÃO

A população-alvo é representada pelo SIB/UFPE. A população estudada são as agências oficiais de fomento, e respectivos fundos setoriais: o CT-INFRA da FINEP e o Programa Preservação de Acervos do BNDES.

5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como os dados são qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo para coletá-los, tendo em vista Chizzotti (1998) incluir a análise de conteúdo entre os instrumentos de coleta de dados qualitativos.

Os instrumentos de coleta de dados são: a observação participante, a entrevista individual e coletiva [...], a **análise de conteúdo** ou qualquer outro que capte as representações subjetivas dos participantes, favoreça a intervenção dos agentes em sua realidade ou organize a ação coletiva para transformar as condições problemáticas (CHIZZOTTI, 1998, p. 89 grifo nosso).

A instrumentalização da coleta dos dados aconteceu em três fases distintas:

- **FASE 1** – Refere-se a elementos de diretrizes que operacionalizam o propósito de financiamento de projetos por parte das agências de fomento, elementos nos quais as bibliotecas universitárias federais possam enquadrar-se;
- **FASE 2** – remete a elementos de ordem institucional, internos e externos à UFPE, que sinalizam crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE;
- **FASE 3** – refere-se a elementos de ordem ambiental, tecnológico e comportamental que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE.

5.5 COLETA DOS DADOS

A pesquisa é de caráter documental porque as fontes de coletas de dados correspondem a documentos impressos e virtuais, constituindo-se como fontes primárias e secundárias, conforme classificação de Marconi e Lakatos (2010). Foram consultados estatutos, leis, editais e chamadas públicas, relações de resultados de editais públicos, e páginas eletrônicas da FINEP e do BNDES.

Como um dos critérios de validação dos dados coletados, trabalhou-se com o critério de transferibilidade, pois segundo Chizzotti (1998) é um critério que permite estender as conclusões para outros contextos.

O propósito da pesquisa, ao utilizar as fontes documentais, foi verificar uma tendência parcial do uso do financiamento com recursos externos pelo SIB/UFPE, durante o período pesquisado. Refere-se à tendência parcial por haver documentos de outras bibliotecas universitárias federais e de outros fundos setoriais não utilizados neste estudo.

[...] convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios. (GIL, 2002, p. 47).

Foram trabalhadas relações de projetos de universidades e bibliotecas universitárias federais, contemplados com recursos entre 2004 e 2013. O ano de 2004, por ser o início das atividades do Programa Preservação de Acervos do BNDES, mesmo com atuação do CT-INFRA da FINEP anterior a essa data. A decisão por 2004 se deu pela simultaneidade da aprovação de projetos por ambas as agências de fomento. Em relação a 2013, por tratar-se de um exercício mais recente e fechado.

O estudo envolveu como métodos para a investigação exploratória:

- a) Pesquisa bibliográfica para a construção do marco teórico.

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

Foram consultados, como instrumentos de busca dos documentos, as bibliotecas da UFPE relacionadas à área de Humanas, Educação e Ciências Sociais e Aplicadas, e também páginas de periódicos eletrônicos, e bases de dados on line.

- b) Pesquisa documental para levantamento dos dados: consulta a leis, estatutos, decretos, documentos institucionais, sites das agências oficiais de fomento, das fundações de apoio e da UFPE.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45).

A coleta dos dados foi executada através de levantamento bibliográfico com leitura de livros, artigos científicos e de documentos institucionais. Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados das fontes documentais de autores citados nos capítulos 2, 3, 4 e correspondem aos elementos relacionados às fases 1, 2 e 3 desta pesquisa. Entre os documentos citados, destacam-se os principais e os respectivos dados coletados:

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
BASTOS, Valéria Delgado. Fundos Públicos para Ciência e Tecnologia, Revista do BNDES , Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 229 – 260, dez. 2003.	<p>Modernizar e ampliar a infraestrutura de C&T; Bastos;</p> <p>Estimular a articulação entre ciência e desenvolvimento tecnológico;</p> <p>Incentivar a geração de conhecimento e inovações;</p>
FINEP. CT-INFRA : o que é. Brasília, DF: FINEP, 2012b. Disponível em: < http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos_ctinfra >	<p>Sistêmica: investir em redes de informática e serviços de bibliotecas, como acervos bibliográficos, bibliotecas digitais e biotérios;</p> <p>Institucional: investir em planos de desenvolvimento institucional em infraestruturas de pesquisas científicas e tecnológicas, associando melhorias da gestão infraestrutural e estratégias institucionais;</p> <p>Fomento qualificado: financiar infraestrutura de pesquisa para uso entre instituições brasileiras em diversas áreas temáticas;</p> <p>Projetos inovadores: apoiar projetos voltados a novas modalidades em C,T&I</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
<p>BNDES. Recursos Não Reembolsáveis. Rio de Janeiro: BNDES, 2014b. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Recursos_Nao_Reembolsaveis/index.html></p>	<p>Modernizar museus, arquivos e bibliotecas, visando à preservação e manutenção dos acervos, e também melhorias quanto ao atendimento e acesso ao público;</p> <p>Catálogo, higienização, acondicionamento;</p> <p>Restauração; gerenciamento ambiental;</p> <p>Instalação de sistemas de segurança;</p> <p>infraestrutura e visitação</p>
<p>BNDES. Chamada Pública Preservação de Acervos. Rio de Janeiro: BNDES, 2013?. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/programa.html></p>	<p>Modalidade individual: apoiar projetos voltados a um único acervo;</p> <p>Modalidade âncora: atuar em diversos pontos de acervos independentes, mas com elementos em comum: temática e ou necessidades de ações comuns de preservação. Cada proponente deve apresentar apenas um projeto por modalidade;</p>
<p>FRANÇA, Carlos Marshal; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O Banco Mundial na educação superior brasileira: de ilustre desconhecido nos anos 1980 a protagonista nos anos 1990, <i>Universidade e Sociedade</i>, ano 12, n. 52, jul./2013, p. 102 – 115</p>	<p>BIRD - restrições ao financiamento à educação superior como condição à concessão de empréstimos, e também criação de instrumentos que permitam a exploração da educação superior por instituições privadas sem compromisso com a pesquisa;</p> <p>BIRD - desinvestimento público na educação superior, sob o argumento de que caberia ao Estado investir na educação fundamental e no ensino técnico, vistos como os verdadeiros antídotos contra a pobreza em países emergentes (LEHER, 1999 apud FRANÇA; CALDERÓN, 2013, p. 104);</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
<p>AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior: Estado x Mercado. São Paulo: Cortez, 2003</p>	<p>BIRD – não preferência ao ensino superior na utilização de recursos fiscais adicionais disponíveis à educação;</p> <p>BIRD - a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho;</p> <p>Direcionamento de maior parte dos recursos do FPF para pagamento de despesas financeiras.</p> <p>Entre 1989 e 2002, principalmente em 1998 o pagamento de juros e de encargos da dívida externa é prioridade, como consequência do acordo entre o Brasil e o FMI;</p> <p>Incentivos fiscais a banqueiros e proprietários rurais e capitalistas promovem a redução dos recursos do FPF</p>
<p>SILVEIRA, Maicon Cândido da. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC, Revista Senso Comum, n. 1, 2009, p. 50 – 66. Disponível em: <http://www.xanta.milharal.org/pkp/ojs/sensocomum2/index.php/revista/article/view/9>.</p>	<p>Mercantilização da educação superior no governo FHC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Afastamento do Estado como agente financiador da Educação; ➤ Preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas; <p>Estado enquanto agente fiscalizador e regulador.</p>
<p>MARCANTONIO, Roberto. Renegociação da Dívida Externa: necessidades e possibilidades. [S.l.:s.n.], 1990. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&e src=s&source=web&cd=6&ved=0CEcQFjAF&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Findicadores%2Farticle%2Fdownload%2F346%2F580&ei=uNhjU_jSOa_NsQTQw4DgCg&usg=AFQjCNG8w5D_FwraYPkdreeNCtzzvKbSgA>.</p>	<p>Corte de gastos públicos como estratégia de renegociação da dívida externa, expandindo, assim, a dívida pública interna.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
<p>PLANO Estratégico da UFPE: Visão, Missão, Valores, Objetivos e Tópicos Estratégicos. Recife: UFPE, 2003. Disponível em: <http://www.ufpe.br/proplan/images/Planejamento_Estrategico_Institucional-UFPE.pdf>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os recursos do TN tem sido integral para despesas de pessoal, e parcial para as atividades de pesquisa e extensão; ➤ A maior parte do financiamento da pesquisa, atualmente, apoia-se nos fundos setoriais; ➤ A centralização da gestão orçamentário-financeira e administrativa no Governo Federal dificulta iniciativas de melhoria de gestão e planejamento das IFES; ➤ Aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES; ➤ Desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão (através por exemplo, de parcerias com a sociedade); ➤ Reestruturar a política de geração de receita própria da instituição; ➤ Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais (pessoal, custeio e capital), segundo as prioridades institucionais; ➤ Propor a atualização do modelo de financiamento para maior autonomia no seu planejamento e gestão;
<p>FINEP. Chamadas Públicas Encerradas/Resultados. Brasília, DF: FINEP, 2011. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>.</p> <p>BNDES. Chamada Publica Preservação de Acervos. Rio de Janeiro: BNDES, 2013?. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/programa.html>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entre 2004 e 2013, a UFPE firma contrato com a FINEP e o BNDES para financiamento de 49 projetos ➤ Dos 49 projetos firmados entre a UFPE e as agências de fomento, apenas 02 estão relacionados ao SIB.

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
<p>PLANO de Desenvolvimento Institucional: PDI 2009/2013. Recife: UFPE, 2010. Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16 dez. 2010.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ melhorar a infra-estrutura tecnológica das bibliotecas ➤ ampliar as instalações físicas das bibliotecas do campus, em especial da biblioteca Central, provendo-as de equipamentos e mobiliário adequado; ➤ Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas do sistema; ➤ Ampliar horário de atendimento; ➤ Melhorar as condições de segurança interna
<p>MELO, Lílian Lima de Siqueira. O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE e sua atuação frente à mutabilidade de paradigmas. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comprometimento da eficácia das bibliotecas, se continuarem contando com recursos escassos ou com muitas para suprirem as próprias necessidades ➤ Ausência de infraestrutura adequada para oferecimento de serviços básicos; ➤ Problemas com falta e manutenção de equipamentos e de espaços físicos, incluindo laboratórios; ➤ Inadequação de espaços físicos e de equipamentos para pessoas portadoras de deficiências; ➤ Problemas de layout e de acústica; ➤ Dificuldades dos usuários em utilizar as coleções eletrônicas nas bibliotecas.
<p>DIB, Simone Faury; SILVA, Neusa Cardim da. Unidade de Negócio em Informação – UNINF: o futuro das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento, <i>Perspectiva em Ciência da informação</i>, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 20-31, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362006000100003&script=sci_arttext>.</p>	<p>Examinar possibilidades de futuro; Remover obstáculos para atender à clientela em mudança; e Questionar premissas existentes</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 05: Dados coletados

Fontes documentais	Elementos a considerar
<p>CUNHA, Murilo Bastos da. A Biblioteca Universitária na encruzilhada, DataGramZero - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.11, n.6, dez., 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=000009513&dd1=1a0ff>.</p>	<p>Serviço de referência digital com tecnologias multimídias: bate-papo em linha, correio eletrônico, redes sociais, celulares com acesso à internet, telefone fixo, livros eletrônicos com possibilidade de downloads;</p> <p>Web 2.0: Mudança de perfil e de comportamento do usuário no processo de construção da informação, interagindo em rede;</p> <p>Repensar as bibliotecas no sentido de lugar, de produtos e serviços;</p> <p>E-science: bases de dados numéricas e com resultados de pesquisas, sugerindo investimentos em seguranças de dados, preservação, acesso e controle de metadados;</p> <p>Repositório institucional (RI): biblioteca criadora de recursos digitais, documentos de pesquisas e de ensino, indexados e recuperados também por motores de busca como o Google, outros portais e interfaces.</p>
<p>VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia. Informação & Informação, Londrina, v. 0, n. 0, p. 2-6, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=000001472&dd1=54a82>. Acesso em: 17 nov. 2013.</p>	<p>[...] no mercado de trabalho verifica-se dois tipos de profissionais: os atuantes no velho paradigma por questões diversas como o não investimento por parte do profissional na educação continuada, falta de recursos na organização para desenvolver o trabalho pautado no novo paradigma [...].</p>

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Conclusão

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa utilizou o método qualitativo por não empregar nenhum instrumento estatístico para analisar o problema em questão, como também, não há a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, conforme Richardson (1985).

De acordo com Chizzotti (2003) A pesquisa qualitativa é transdisciplinar porque envolve campos como as ciências humanas e sociais, adotando multimétodos de investigação para estudar determinado fenômeno localmente, na tentativa de encontrar o sentido do fenômeno e interpretar o significado atribuído a ele pelas pessoas.

Para analisar os dados, foi utilizada a análise de conteúdo com base na concepção de Bardin:

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2010, p. 33, grifo do autor).

Acrescenta-se a esse conceito, outra concepção de análise de conteúdo trazida por Richardson (1985):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1979 apud RICHARDSON, 1985, p. 176)

Segundo Bauer (2008, p. 191) “Ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”.

A técnica de análise de conteúdo se constitui de fases como pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme Bardin (2010). Com base nestas fases, a pesquisa foi operacionalizada com base no seguinte esquema:

Primeira Fase: pré-análise – é a fase onde as ideias iniciais são organizadas e sistematizadas a fim de possibilitar análises. As etapas da pré-análise são: a) leitura flutuante; b) escolha dos documentos (*corpus*); c) formulação das hipóteses e dos

objetivos; d) referenciação dos índices e elaboração dos indicadores; e) preparação do material.

- a) leitura flutuante: é o primeiro contato com os documentos a analisar. É a primeira atividade voltada a esse intuito, é onde o pesquisador se deixa invadir por impressões e orientações através de uma leitura exaustiva e compreensiva do conteúdo dos documentos, segundo Bardin (2010);
- b) escolha dos documentos (*corpus*): é o momento da escolha dos documentos que serão submetidos à análise do pesquisador. “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (BARDIN, 2010, p. 122);
- c) formulação das hipóteses e dos objetivos: esta pesquisa não procura comprovar ou refutar hipóteses. O objetivo é levantar elementos que possam suscitar uma discussão sobre a possibilidade de investimentos nas bibliotecas da UFPE, com a utilização de recursos externos. É isso que a pesquisa questiona: Que elementos são esses? Os objetivos desta pesquisa foram considerados para a determinação das leituras e dos documentos explorados. O objetivo “é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (BARDIN, 2010, p. 124);
- d) referenciação dos índices e a elaboração de indicadores: A atividade de escolha de índices e a conseqüente elaboração de indicadores foram descartadas nesta pesquisa, tendo em vista a atividade de escolha dos índices condicionar-se à determinação das hipóteses.

[...] se considerarem os textos uma manifestação que contém índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes – em função das hipóteses, caso elas estejam determinadas – e sua organização sistemática em indicadores. (BARDIN, 2010, p. 126).

- e) preparação do material: Segundo Bardin (2010, p. 126) “Antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal (<<edição>>”. Portanto nesta pesquisa, a preparação do material

corresponde à distribuição dos dados em três quadros distintos e relacionados a fases também distintas e inerentes a cada objetivo específico.

Segunda Fase: Exploração do material – esta fase consiste em “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 2010, p. 127).

Para esta pesquisa foi utilizada a operação de codificação, compreendida como “o processo pelo qual os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969 apud BARDIN, 2010, p. 129).

Ainda segundo Bardin (2010, p. 129), a codificação compreende três escolhas: “O recorte: escolha das unidades; A enumeração: escolha das regras de contagem; A classificação e a agregação: escolha das categorias.”

A escolha da enumeração foi descartada porque a pesquisa não utiliza regras de contagem e principalmente por ser uma pesquisa qualitativa. Só justificaria o uso das três escolhas se a pesquisa fosse quantitativa, com base em Bardin (2010).

Para analisar os dados foram utilizadas como recorte as unidades de registro (UR) e unidades de contexto (UC). Para Bardin (2010, p. 130), a UR “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização [...]”. Em relação á UC Bardin (2010) a compreende no tocante ao aspecto funcional:

Serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (BARDIN, 2010, p. 133).

Para a classificação e agregação, a pesquisa trabalhou com a categorização, compreendida como “[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2010, p.145).

As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo)

sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos. (BARDIN, 2010, p. 145)

Na opinião de Melo (2013, p. 66) a escolha das categorias pode ser fundamentada “nos objetivos, no referencial teórico e também de modo emergente, a partir do conteúdo coletado”. Assim, as categorias surgidas nesta pesquisa possuem como base o referencial teórico e os dados coletados, e também como critério de categorização, o semântico, onde os elementos são distribuídos em categorias temáticas, com base em Bardin (2010).

Terceira Fase: tratamento dos resultados, inferência e interpretação – Essa é a fase propriamente dita da análise dos dados. Segundo Gomes (2002), há autores que atribuem à análise dos dados a ideia de descrição dos dados. Enquanto à interpretação, atribuem a ideia de articulação dessa descrição através de conhecimentos amplos a ponto de extrapolar os dados específicos da pesquisa.

Gomes (2002) segue sua abordagem, referindo-se a outros autores que compreendem a interpretação como uma abrangência da análise. Ainda segundo Gomes (2002, p. 68) “[...] a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa”.

Segundo Melo (2013, p. 68) “Nesta fase caminha-se na direção de uma síntese, fazendo articulação entre os objetivos do estudo, o referencial teórico, e os dados empíricos”

Inferência – segundo Richardson (1985, p. 176), refere-se “à operação pela qual se aceita uma proposição em virtude de sua relação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. “Se a descrição é uma primeira etapa da análise e a interpretação a última etapa, a inferência é um procedimento intermediário que permite a passagem entre uma e outra” (BARDIN, 1979 apud RICHARDSON, 1985, p. 177).

Segundo Holsti (1969 apud BARDIN, 2010, p. 166) “a intenção de qualquer investigação é produzir inferências válidas a partir dos dados” ou conforme Namewirth (apud BARDIN, 2010, p. 166) “a inferência não passa de um termo elegante, efeito de moda, para designar a indução, a partir dos factos.”

A análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora

o inverso, prever os efeitos a partir dos factores conhecidos, ainda não esteja ao alcance das nossas capacidades. (BARDIN, 2010, p. 167).

Os dados coletados foram identificados com o código (A), seguindo uma ordem numérica crescente. As informações extraídas dos documentos estão distribuídas com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010).

Os dados foram organizados em quadros, estes distribuídos em três fases distintas e correspondentes aos objetivos específicos desta pesquisa:

- **FASE 1** – Refere-se a elementos de diretrizes que operacionalizam o propósito de financiamento de projetos por parte das agências de fomento, elementos nos quais as bibliotecas universitárias federais possam enquadrar-se;
- **FASE 2** – remete a elementos de ordem institucional, internos e externos à UFPE, que sinalizam crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE;
- **FASE 3** – refere-se a elementos de ordem ambiental, tecnológico e comportamental que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE.

As três fases englobam três “temas”, onde cada tema é composto por URs das quais foram criadas três categorias. As URs estão destacadas em negrito para facilitar a abordagem, e codificadas com a letra “A” numericamente sequenciadas.

Eis o esquema em que se apresentam as fases da pesquisa, os temas e as categorias:

FASE 1

Tema 1: Elementos de Diretrizes

Categoria 1: **Diretrizes CT- INFRA/FINEP**

Diretrizes Preservação de Acervos/BNDES

FASE 2

Tema 2: Elementos de crise

Categoria 2: **Intervenções externas na educação**

Intervenções internas na educação

Categoria 3: **Escassez de verbas x UFPE**

Escassez de verbas x SIB/UFPE

FASE 3

Tema 3: Elementos de reflexão a investimentos

Categoria 4: **Elementos ambientais**

Elementos tecnológicos
Elementos comportamentais

O quadro a seguir está relacionado ao tema 1 da **Fase 1**, e se refere aos elementos de diretrizes que operacionalizam o propósito de financiamento de projetos por parte das agências de fomento, elementos nos quais as bibliotecas universitárias federais possam enquadrar-se;

Quadro 06 – Elementos de Diretrizes

	Categoria 1	
	Diretrizes CT- INFRA/FINEP UR/UC	Diretrizes Preservação de Acervos/BNDES UR/UC
A1	Modernizar e ampliar a infraestrutura de C&T; Bastos (2003, p. 240)	Modernizar museus, arquivos e bibliotecas, visando à preservação e manutenção dos acervos, e também melhorias quanto ao atendimento e acesso ao público. Diretrizes baseadas em BNDES (2014b)
A2	Estimular a articulação entre ciência e desenvolvimento tecnológico. Bastos (2003, p. 240)	Modalidade individual: apoiar projetos voltados a um único acervo; BNDES (2013?)
A3	Incentivar a geração de conhecimento e inovações. Bastos (2003, p. 240)	Modalidade âncora: atuar em diversos pontos de acervos independentes, mas com elementos em comum: temática e ou necessidades de ações comuns de preservação. Cada proponente deve apresentar apenas um projeto por modalidade. BNDES (2013?)
A4	Sistêmica: investir em redes de informática e serviços de bibliotecas, como acervos bibliográficos, bibliotecas digitais e biotérios. FINEP (2012b)	Catálogo, higienização, acondicionamento BNDES (2014b)

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 06 – Elementos de Diretrizes

	Categoria 1	
	Diretrizes CT- INFRA/FINEP UR/UC	Diretrizes Preservação de Acervos/BNDES UR/UC
A5	Institucional: investir em planos de desenvolvimento institucional em infraestruturas de pesquisas científicas e tecnológicas, associando melhorias da gestão infraestrutural e estratégias institucionais. FINEP (2012b)	Restauração; gerenciamento ambiental BNDES (2014b)
A6	Fomento qualificado: financiar infraestrutura de pesquisa para uso entre instituições brasileiras em diversas áreas temáticas. FINEP (2012b)	Instalação de sistemas de segurança; infraestrutura e visitação. BNDES (2014b)
A7	Projetos inovadores: apoiar projetos voltados a novas modalidades em C,T&I. FINEP (2012b)	

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Conclusão

O quadro a seguir aborda o Tema 2 da **Fase 2** sobre os elementos de ordem institucional, internos e externos à UFPE, que sinalizam crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE:

Quadro 07 – Elementos de Crise

	Categoria 2	
	Intervenções externas na educação UR/UC	Intervenções internas na educação UR/UC
A1	BIRD - restrições ao financiamento à educação superior como condição à concessão de empréstimos, e também criação de instrumentos que permitam a exploração da educação superior por instituições privadas sem compromisso com a pesquisa (LEHER, 1999 apud FRANÇA; CALDERON, 2013, p. 104);	Direcionamento de maior parte dos recursos do FPF para pagamento de despesas financeiras. Amaral (2003);

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

Quadro 07 – Elementos de Crise

Categoria 2		
	Intervenções externas na educação UR/UC	Intervenções internas na educação UR/UC
A2	BIRD - desinvestimento público na educação superior, sob o argumento de que caberia ao Estado investir na educação fundamental e no ensino técnico, vistos como os verdadeiros antídotos contra a pobreza em países emergentes (LEHER, 1999 apud FRANÇA; CALDERÓN, 2013, p. 104);	<p>Mercantilização da educação superior no governo FHC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Afastamento do Estado como agente financiador da Educação; ➤ Preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas; ➤ Estado enquanto agente fiscalizador e regulador. Silveira (2009)
A3	BIRD – não preferência ao ensino superior na utilização de recursos fiscais adicionais disponíveis à educação (BIRD, 1995 apud AMARAL, 2003, p. 89);	Entre 1989 e 2002, principalmente em 1998 o pagamento de juros e de encargos da dívida externa é prioridade, como consequência do acordo entre o Brasil e o FMI (AMARAL, 2003, p.71)
A4	BIRD - a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho. (BIRD, 1995 apud AMARAL, 2003, p. 93)	Incentivos fiscais a banqueiros e proprietários rurais e capitalistas promovem a redução dos recursos do FPF (AMARAL, 2003, p.60)
A5		Corte de gastos públicos como estratégia de renegociação da dívida externa, expandindo, assim, a dívida pública interna. Marcantonio (1990)

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Continua

QUADRO 07 – Elementos de crise

Categoria 3		
	Escassez de verbas x UFPE UR/UC	Escassez de verbas x SIB/UFPE UR/UC
A6	<p>Planejamento Estratégico Institucional da UFPE - PEI (2003, p.20):</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os recursos do TN tem sido integral para despesas de pessoal, e parcial para as atividades de pesquisa e extensão; ➤ A maior parte do financiamento da pesquisa, atualmente, apoia-se nos fundos setoriais; ➤ A centralização da gestão orçamentário-financeira e administrativa no Governo Federal dificulta iniciativas de melhoria de gestão e planejamento das IFES; 	<p>Reconhecimento dos problemas do SIB no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPE 2009 - 2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ melhorar a infra-estrutura tecnológica das bibliotecas ➤ ampliar as instalações físicas das bibliotecas do campus, em especial da biblioteca Central, provendo-as de equipamentos e mobiliário adequado; ➤ Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas do sistema; ➤ Ampliar horário de atendimento; ➤ Melhorar as condições de segurança interna
A7	<p>Diversificação das fontes de recursos no PEI:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES; ➤ Desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão (através por exemplo, de parcerias com a sociedade); ➤ Reestruturar a política de geração de receita própria da instituição; ➤ Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais (pessoal, custeio e capital), segundo as prioridades institucionais; ➤ Propor a atualização do modelo de financiamento para maior autonomia no seu planejamento e gestão; 	<p>De acordo com Melo (2013)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comprometimento da eficácia das bibliotecas, se continuarem contando com recursos escassos ou com multas para suprirem as próprias necessidades ➤ Ausência de infraestrutura adequada para oferecimento de serviços básicos; ➤ Problemas com falta e manutenção de equipamentos e de espaços físicos, incluindo laboratórios; ➤ Inadequação de espaços físicos e de equipamentos para pessoas portadoras de deficiências; ➤ Problemas de layout e de acústica; ➤ Dificuldades dos usuários em utilizar as coleções eletrônicas nas bibliotecas.
A8	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entre 2004 e 2013, a UFPE firma contrato com a FINEP e o BNDES para financiamento de 49 projetos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dos 49 projetos firmados entre a UFPE e as agências de fomento, apenas 02 estão relacionados ao SIB.

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Conclusão

O próximo Quadro traz o Tema 3 da **Fase 3** e se refere a elementos de ordem ambiental, tecnológico e comportamental que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE:

Quadro 08 – Elementos de reflexão sobre investimentos

Categoria 4			
	Elementos ambientais UR/UC	Elementos tecnológicos UR/UC	Elementos comportamentais UR/UC
A1	Cunha (2000 apud DIB; SILVA, 2006): Examinar possibilidades de futuro; Remover obstáculos para atender à clientela em mudança; e Questionar premissas existentes	Cunha (2010): Serviço de referência digital com tecnologias multimídias: bate-papo em linha, correio eletrônico, redes sociais, celulares com acesso à internet, telefone fixo, livros eletrônicos com possibilidade de downloads;	Cunha (2010): Web 2.0: Mudança de perfil e de comportamento do usuário no processo de construção da informação, interagindo em rede.
Categoria 4			
	Elementos ambientais UR/UC	Elementos tecnológicos UR/UC	Elementos comportamentais UR/UC
A2	Cunha (2010): Repensar as bibliotecas no sentido de lugar, de produtos e serviços	Cunha (2010): E-science: bases de dados numéricas e com resultados de pesquisas, sugerindo investimentos em seguranças de dados, preservação, acesso e controle de metadados;	Valentim (1995): [...] no mercado de trabalho verifica-se dois tipos de profissionais: os atuantes no velho paradigma por questões diversas como o não investimento por parte do profissional na educação continuada, falta de recursos na organização para desenvolver o trabalho pautado no novo paradigma [...].
A3		Cunha (2010): Repositório institucional (RI): biblioteca criadora de recursos digitais, documentos de pesquisas e de ensino, indexados e recuperados também por motores de busca como o Google, outros portais e interfaces.	

Fonte: Dados da pesquisa, Junho 2014.

Conclusão

6 ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE INVESTIMENTOS NAS BIBLIOTECAS DA UFPE COM RECURSOS EXTERNOS: A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram analisados e interpretados com base em:

CAPRA (1995, p. 16): “Um paradigma, pra mim, significaria a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza.” É com essa ideia de paradigma que trabalhamos o tema abordado, aplicando-o no contexto das bibliotecas universitárias federais;

Carrilo (1981 apud GONZÁLEZ, 2005): Idade da recorrência - etapa atual, onde se verifica a profundidade do conceito, seu valor e sua eficácia em trabalhos científicos. Neste caso, verificamos a eficácia dos paradigmas que envolvem as bibliotecas universitárias, tanto no sentido dos produtos e serviços quanto no que se refere às fontes de financiamento;

KUHN (2011, p. 92): A anomalia aparece somente contra um pano de fundo proporcionado pelo paradigma. Quanto maiores forem a precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias, e conseqüentemente de uma ocasião para mudança de paradigma.

Neste estudo, trabalhou-se o conceito de anomalia de Kuhn por entender que o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, como também da utilização de recursos externos nas bibliotecas universitárias federais, são importantes indicadores da necessidade de mudanças de paradigmas, no sentido da intensificação do uso das novas tecnologias nas bibliotecas, e também na diversificação das fontes de recursos financeiros.

SANTOS (2011, p. 49): “[...] esse desaparecimento é um fenômeno complexo, já que é simultaneamente um processo de superação e um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas, nalguns casos até em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade já não consegue cumprir outras das suas promessas [...]”. Trazemos as idéias de superação e de obsolescência para nosso estudo por entendermos ser uma dicotomia contínua nas práticas sociais, e sendo assim, no contexto das bibliotecas universitárias federais. A ideia de Santos (2011) nos faz verificar o fato dos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas, como também, os recursos

financeiros até então utilizados para esse fim passam por processos de superação e de obsolescência.

Cunha (2000 apud DIB; SILVA, 2006, p. 22): “[...] no caso da biblioteca universitária, é necessário examinar as enormes possibilidades do futuro e entender que o desafio mais crítico será remover os obstáculos que a impedem de responder às necessidades de uma clientela em mudança, transformar os processos e estruturas administrativas que caducaram e questionar premissas existentes. Aquela biblioteca que der um passo nesse processo de mudança irá renascer...”

A experiência do autor como gestor de uma biblioteca universitária federal foi fundamental para a análise e interpretação dos dados. A técnica de análise e interpretação dos dados foi a análise de conteúdo, trilhando um caminho direcionado a atender aos propósitos da pesquisa.

Conforme o **Quadro 06**, os elementos de diretrizes que operacionalizam o propósito de financiamento de projetos por parte do Fundo Setorial CT-INFRA da FINEP, nos quais as bibliotecas universitárias federais possam enquadrar-se, estão relacionados a projetos de modernização e ampliação de infraestruturas em C&T; de articulação entre ciência e tecnologia; de geração de conhecimento e inovações; de investimentos em redes de informática e de serviços em bibliotecas, como também em planos de desenvolvimento institucional em infraestrutura de C&T com estreita relação entre a gestão infraestrutural e as estratégias institucionais, além do apoio a projetos relacionados a novas modalidades em C, T & I.

Os elementos de diretrizes que operacionalizam o propósito de financiamento de projetos por parte do Programa Preservação de Acervos do BNDES, relacionam-se à modernização de unidades de informação e de documentação como bibliotecas, museus e arquivos. Os investimentos se voltam à manutenção de acervos e melhorias no atendimento e no acesso ao público.

São dois tipos de modalidades de apoio no Programa Preservação de Acervos do BNDES: a individual, direcionada a um único acervo; e a modalidade âncora voltada a diversos pontos de acervos independentes, desde que existam elementos em comum entre os acervos.

No sentido da manutenção, o apoio financeiro também está direcionado à catalogação, à higienização, ao acondicionamento, à restauração e ao gerenciamento ambiental, além da instalação de sistemas de segurança, de infraestrutura e de visitação.

Como é possível observar, os elementos de diretrizes dos fundos setoriais CT-INFRA e do Programa Preservação de Acervos deixam transparecer como o ambiente externo do SIB/UFPE apresenta alternativas às bibliotecas para intensificarem investimentos em infraestrutura de pesquisa em C, T & I, incluindo redes de informática e de comunicação, e também tecnologias de acesso à informação. Como é possível constatar nas seguintes URs:

A1: “Modernizar e ampliar a infraestrutura de C&T.”

“Modernizar museus, arquivos e bibliotecas, visando à preservação e manutenção dos acervos, e também melhorias quanto ao atendimento e acesso ao público.”

A4: “investir em redes de informática e serviços de bibliotecas, como acervos bibliográficos, bibliotecas digitais e biotérios”

“Catalogação, higienização, acondicionamento”

Portanto, como entender o comportamento do SIB/UFPE em comparação à utilização que a UFPE fez dos recursos externos no período entre 2004 e 2013, conforme **Quadros 02 e 03**? No total, o quantitativo de projetos apresentados pelo SIB/UFPE em comparação aos demais órgãos da UFPE é insignificante. Entre os 49 projetos apresentados pela UFPE, apenas dois são de autoria do SIB/UFPE.

Um dos pontos para esse entendimento pode estar relacionado ao não monitoramento do ambiente organizacional por parte das bibliotecas, pois se a UFPE demonstra investimentos com recursos externos, isso é indicador de que os demais órgãos da Universidade estão atentos ao que é oferecido, em termos de recursos financeiros, pelo ambiente externo da Universidade.

Cunha (2000 apud DIB; SILVA, 2006, p.22) sugere às bibliotecas universitárias examinarem as possibilidades de futuro para estarem atentas às mudanças, e assim questionarem estruturas administrativas caducas, e também premissas existentes na direção de um renascimento.

É perceptível que a adesão da UFPE ao paradigma em elevação de financiamento no contexto da educação superior, os recursos externos, é resultado do monitoramento do ambiente externo e do questionamento de premissas existentes, principalmente às relacionadas às formas de financiamento representadas pelos recursos escassos do FPF.

Essa adesão leva também a perceber que a proposição de Carrilo (1981 apud GONZÁLEZ, 2005) sobre a idade da recorrência do paradigma, através da qual se verifica a profundidade do conceito, seu valor e sua eficácia em trabalhos científicos, é aplicável ao paradigma de financiamento convencionalmente praticado na UFPE, principalmente se justificarmos, a partir da ideia de Capra (1995), na medida em que este amplia a ideia de paradigma para o contexto social: “Um paradigma, pra mim, significaria a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza.” (CAPRA, 1995, p. 16).

Então, esta pesquisa segue o propósito de Capra (1995) ao transferir a ideia de paradigma do contexto teórico-científico para o contexto social, a fim de perceber que o paradigma de financiamento, representado pelos recursos do FPF, sinaliza para a redução da própria eficácia a partir da adesão da UFPE ao paradigma em elevação, ou seja, ao paradigma de financiamento representado pelos recursos externos.

Uma contraposição ao comportamento do SIB/UFPE, onde a pouca eficácia do paradigma de financiamento, representado pelo FPF, pode ser verificada, na medida em que os demais órgãos da UFPE aderem ao novo paradigma de financiamento, e a adesão do SIB é bastante insignificante.

De acordo com o **Quadro 07**, os elementos de ordem institucional, internos e externos à UFPE, que sinalizam crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE se relacionam a intervenções na educação superior, e aos elementos resultantes dessas intervenções representados pela resposta da UFPE, como saída para a problemática da escassez de recursos.

São verificadas duas formas de intervenções na educação superior no Brasil, as intervenções externas e as internas. Nas externas, percebe-se a influência do BM ao impor condições aos países da América Latina para a concessão de empréstimos.

As imposições dizem respeito a restrições de financiamento e ou desinvestimentos na educação; à criação de mecanismos a fim de incentivar a exploração da educação superior pela iniciativa privada; à não preferência do ensino superior quanto ao uso de recursos fiscais adicionais; à criação de instituições não universitárias e privadas de ensino para satisfazer às demandas por educação superior, adequando o sistema de ensino ao mercado.

Nas intervenções internas, verificam-se as conseqüências ou as respostas do Governo FHC às imposições do BM, a exemplo do direcionamento da maior parte dos recursos do FPF ao pagamento de despesas financeiras; à mercantilização da educação superior, onde o Estado deixa de ser o principal financiador da educação e passa a ser agente fiscalizador e regulador; ao incentivo à educação profissionalizante e técnica, visando a atender às demandas do mercado.

No período entre 1989 e 2002, o Governo Brasileiro prioriza o pagamento de juros e encargos da dívida externa como conseqüência do acordo com o FMI. Além disso, o Governo também concede incentivos fiscais a banqueiros, proprietários rurais e capitalistas, contribuindo, assim, para a redução dos recursos do FPF e, conseqüentemente, para o aumento da dívida interna na medida em que corta gastos como estratégia de renegociação da dívida externa.

As respostas da UFPE às intervenções externas e internas passam pelo reconhecimento institucional da escassez de recursos, e de suas conseqüências tanto na UFPE quanto no SIB/UFPE, através dos instrumentos de gestão como o PEI e o PDI, como observa-se a seguir:

A6: Planejamento Estratégico Institucional da UFPE - PEI (2003, p.20):

- **Os recursos do TN tem sido integral para despesas de pessoal, e parcial para as atividades de pesquisa e extensão;**
- **A maior parte do financiamento da pesquisa, atualmente, apoia-se nos fundos setoriais;**
- **A centralização da gestão orçamentário-financeira e administrativa no Governo Federal dificulta iniciativas de melhoria de gestão e planejamento das IFES;**

A8: Diversificação das fontes de recursos no PEI:

- **Aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES;**
- **Desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão (através por exemplo, de parcerias com a sociedade);**
- **Reestruturar a política de geração de receita própria da instituição;**
- **Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais (pessoal, custeio e capital), segundo as prioridades institucionais;**

- **Propor a atualização do modelo de financiamento para maior autonomia no seu planejamento e gestão.**

Como é possível verificar no PEI, a UFPE reconhece que os recursos do TN têm sido parcial para a pesquisa e extensão, onde a maior parte das verbas, atualmente aplicadas nessas atividades, é oriunda de recursos externos. Situação constatada no total de projetos de autoria da UFPE, contemplados com recursos da FINEP e do BNDES entre 2004 e 2013, conforme **Quadros 02 e 03**.

Um elemento que evidencia crise nas formas de financiamento do SIB/UFPE é o fato da gestão orçamentário-financeira da Universidade estar centralizada no Governo Federal, dificultando iniciativas de melhorias de gestão e planejamento das IFES. É um elemento reconhecido institucionalmente e constante no PEI.

Outros elementos são o incentivo à diversificação das fontes de recursos, como o aumento da participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES; a implementação de políticas de captação de recursos públicos e privados; a reestruturação da política de geração de receita própria; a alocação de recursos orçamentários globais; e a atualização do modelo de financiamento, visando à maior autonomia no planejamento e gestão da UFPE.

O fato da UFPE firmar convênios com a FINEP e com o BNDES pode sinalizar crise nas políticas de financiamento das bibliotecas da UFPE, motivada pela escassez dos recursos do FPF, e que é um potencial elemento a ser considerado em discussões sobre a utilização de recursos externos para financiar projetos e ações nas bibliotecas, como reação à referida crise.

Em relação à escassez de verbas nas bibliotecas da UFPE, o PDI 2009 – 2013 reconhece a necessidade de melhorias na infraestrutura tecnológica em todo o SIB/UFPE, além de outras ações:

A6: Reconhecimento dos problemas do SIB no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPE 2009 - 2013

- **melhorar a infra-estrutura tecnológica das bibliotecas;**
- **ampliar as instalações físicas das bibliotecas do campus, em especial da Biblioteca Central, provendo-as de equipamentos e mobiliário adequado;**
- **Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas do sistema;**
- **Ampliar horário de atendimento;**
- **Melhorar as condições de segurança interna.**

Outros elementos de crise também podem ser considerados nas discussões sobre financiamento com recursos externos para as bibliotecas da UFPE, como o comprometimento da eficácia das bibliotecas se continuarem contando com recursos escassos ou com multas; a ausência de infraestrutura adequada para o oferecimento de serviços; a falta e problemas com manutenção de equipamentos e de espaços físicos, incluindo os inadequados a pessoas portadoras de deficiências; os problemas de layout e de acústica; e as dificuldades dos usuários no uso de coleções eletrônicas.

É preciso também considerar entre os elementos de crise na política de financiamento com recursos do FPF, a inexpressiva participação das bibliotecas da UFPE quanto ao uso dos recursos externos que, mesmo com baixa incidência, já é uma tendência à intensificação do uso desses recursos.

Os elementos sinalizadores de crise nas formas de financiamento das bibliotecas da UFPE, constantes no **Quadro 07**, deixam transparecer um movimento de mudança de paradigma a partir de um olhar além do contexto da Universidade, a fim de observar possíveis causas da escassez de recursos na educação superior.

As políticas do BM relacionadas ao desinvestimento na educação superior foram suficientes para desencadear a redução dos recursos destinados às universidades federais entre 1989 e 2002, com consequências sentidas até os dias atuais, na UFPE, tanto que a Universidade reage à redução dos recursos, como constatado na UR A8 do **Quadro 07: Entre 2004 e 2013, a UFPE firma contrato com a FINEP e o BNDES para financiamento de 49 projetos.**

Mesmo que a redução dos recursos destinados ao ensino superior tenha sido resultado de uma política financeira internacional, não se pode negar que o fenômeno desencadeou a busca de alternativas de financiamento no contexto da UFPE, conforme **Quadros 02 e 03**.

Situação representativa de pouca ou nenhuma eficácia das formas de financiamento com recursos do FPF, utilizadas nas bibliotecas da UFPE. Quando se considera, conforme Carrilo (1981 apud GONZÁLEZ, 2005), a eficácia do paradigma de financiamento com os recursos do FPF nas bibliotecas universitárias federais, sugere-se que a política financeira do BM contribuiu para o desencadeamento da pouca eficácia do referido paradigma.

Melo (2013) demonstra que o atual paradigma de financiamento com recursos do FPF não é mais suficiente para ser aplicado no SIB, na perspectiva de solucionar os problemas relacionados, como verificado nas seguintes UR A7 do **Quadro 07**:

A7: “Comprometimento da eficácia das bibliotecas, se continuarem contando com recursos escassos ou com multas para suprirem as próprias necessidades;

Ausência de infraestrutura adequada para oferecimento de serviços básicos;

Problemas com falta e manutenção de equipamentos e de espaços físicos, incluindo laboratórios;

Inadequação de espaços físicos e de equipamentos para pessoas portadoras de deficiências;

Problemas de layout e de acústica;

Dificuldades dos usuários em utilizar as coleções eletrônicas nas bibliotecas.”

É como se o paradigma vigente de financiamento com recursos do FPF entrasse num estado de obsolescência, na medida em que não atende às necessidades das bibliotecas do SIB/UFPE, diante do agravamento das dificuldades vividas por essas instituições. A obsolescência não está apenas relacionada ao financiamento com recursos do FPF, mas também aos serviços e produtos disponibilizados pelas bibliotecas que se tornam obsoletos enquanto resultado da escassez dos recursos.

Quando esta análise se refere aos conceitos de “obsolescência” e de “superação” de Santos (2011), onde ele associa o desaparecimento de algo à ocorrência simultânea desses termos, este estudo procura refletir a partir das seguintes palavras: “[...] É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas, nalguns casos até em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade já não consegue cumprir outras das suas promessas [...]” (SANTOS, 2011, p. 49).

Atribui-se a ideia de modernidade ao paradigma vigente de financiamento com recursos do FPF, e também ao paradigma representado pelos produtos e serviços disponibilizados nas bibliotecas da UFPE, e essa modernidade se esvai na medida em que se percebe ter cumprido seu papel a partir da ideia de superação ao qual é submetida, principalmente porque a UFPE acentua a utilização de recursos

externos, e as bibliotecas, mesmo em pequena escala, beneficiam-se também desses recursos.

O fato de a UFPE legitimar, através do PEI e do PDI, as necessidades de investimentos em infraestruturas nas bibliotecas e o incentivo à busca por outras fontes de recursos, a Universidade reage à escassez de recursos através de elementos gerenciais e normativos, como também reconhece indiretamente a pouca eficácia do paradigma vigente de financiamento, representado pelos recursos do FPF.

O que dá margem à percepção de um estado de anomalia no contexto da UFPE, e em específico, no contexto do SIB/UFPE, ou seja, a transição paradigmática, de uma forma de financiamento para outra, está suscitando um comportamento institucional, caracterizado pelo agravamento do paradigma, representado pelos recursos do FPF. Na medida em que a adesão da UFPE aos recursos externos avança, esse novo paradigma de financiamento vai indicando necessidades de mudanças nas formas de financiamento da Universidade e do SIB/UFPE.

A anomalia aparece somente contra um pano de fundo proporcionado pelo paradigma. Quanto maiores forem a precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias, e conseqüentemente de uma ocasião para mudança de paradigma (KUHN, 2011, p. 92).

De acordo com o **Quadro 08**, os elementos de ordem ambiental, tecnológico e comportamental que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE se referem a elementos ambientais, tecnológicos e comportamentais.

Os elementos ambientais se relacionam a aspectos organizacionais como o exame às possibilidades de futuro; à remoção de obstáculos para o atendimento à clientela em mudança; ao questionamento de premissas existentes; e à ação de repensar as bibliotecas no sentido de lugar, de produtos e de serviços.

Os elementos tecnológicos se referem a serviço de referência digital, utilizando recursos como bate-papo online, correio eletrônico, redes sociais, celulares com acesso à internet, telefones fixos, livros eletrônicos; e à ciência eletrônica ou e-science, através de bases de dados com resultados de pesquisas; repositório institucional, disponibilizando recursos digitais de informação como documentos diversos, com recuperação também por meio de motores de busca a exemplo do Google.

Quanto aos elementos comportamentais, a pesquisa se refere aos resultantes da utilização da Web 2.0, como mudança de perfil do usuário durante o processo de construção da informação e do conhecimento através da interação em rede.

A mudança de comportamento é estendida aos bibliotecários por razões diversas, como o não investimento em educação continuada, e a falta de recursos na organização para investimentos em estruturas pautadas no novo paradigma.

As reflexões que podem ser suscitadas a partir dos elementos descritos e vigentes no **Quadro 08** se interrelacionam. Se por um lado, os elementos ambientais organizacionais sugerem o exame do ambiente organizacional como estratégia para a descoberta de possibilidades futuras, e impulsionadas por questionamentos de premissas existentes. Por outro lado, o questionamento das premissas leva a perceber possíveis estruturas obsoletas no ambiente interno da organização, como resultado do conhecimento de estruturas mais avançadas e presentes no ambiente externo.

Entre os elementos presentes no ambiente externo, há os relacionados aos elementos tecnológicos. Elementos representantes de novos paradigmas que desafiam as unidades de informação e de documentação a uma revisão dos próprios processos, na perspectiva de abandono dos velhos paradigmas e de adesão às tecnologias voltadas ao paradigma da informação.

“[...] no caso da biblioteca universitária, é necessário examinar as enormes possibilidades do futuro e entender que o desafio mais crítico será remover os obstáculos que a impedem de responder às necessidades de uma clientela em mudança, transformar os processos e estruturas administrativas que caducaram e questionar premissas existentes. Aquela biblioteca que der um passo nesse processo de mudança irá renascer...” (CUNHA, 2000 apud DIB; SILVA, 2006, p. 22).

Com base em Cunha (2000, apud DIB; SILVA, 2006, p.22) os elementos comportamentais podem ser fundamentais, e se inserem nesse processo como elementos intermediários porque a discussão possui como referência as bibliotecas universitárias federais, onde os elementos comportamentais estão diretamente relacionados aos profissionais atuantes nas bibliotecas.

Instituições responsáveis em promover a formação dos profissionais na medida em que o ambiente externo apresenta alternativas de qualificação e de formação, atreladas às necessidades de respostas que precisam ser dadas, pelas

universidades, aos desafios impostos por um contexto social em constantes mudanças.

As mudanças ou a adesão da biblioteca aos novos paradigmas sejam os relacionados às formas de financiamento, sejam às novas tecnologias de informação, dependem exclusivamente da percepção da mudança de perfil dos usuários, e também dos mecanismos de investimentos na formação dos bibliotecários e dos demais profissionais atuante nas bibliotecas, ou seja, da educação continuada para que esses profissionais se movimentem na direção das mudanças dos paradigmas.

Quando se atribui a ideia de modernidade aos elementos tecnológicos presentes no ambiente interno das bibliotecas da UFPE, verifica-se que a modernidade, conforme Santos (2011), deixou de cumprir seu papel e serve de fundamento a uma discussão sobre novos investimentos, para que o SIB/UFPE continue desempenhando o papel de facilitador do acesso à informação.

A diversificação e a intensificação dos elementos tecnológicos suscitam a necessidade de mudanças no SIB/UFPE, pois, enquanto representantes de um novo paradigma, eles se tornam cada vez mais sensíveis, e, conseqüentemente, tornam-se também indicadores de anomalias, conforme Kuhn (2011), e colocam o SIB/UFPE no dilema entre a inevitável necessidade de adesão ao paradigma da informação e a busca por novas fontes de recursos financeiros, enquanto novo paradigma de financiamentos, para fazer com que o paradigma da informação se intensifique no contexto das bibliotecas da UFPE.

A2: Repensar as bibliotecas no sentido de lugar, de produtos e serviços

– É elemento de reflexão para novos investimentos porque sinaliza para a concretização de toda essa discussão, envolvendo a busca por novas fontes de recursos financeiros, no sentido da adesão do SIB/UFPE a esse novo paradigma de financiamentos, a fim de conceber uma biblioteca onipresente e de acesso simultâneo e ininterrupto através da internet, com produtos e serviços disponíveis aos usuários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é iniciada com o questionamento sobre elementos que podem ser considerados numa discussão sobre a possibilidade de investimentos nas bibliotecas da UFPE com recursos externos.

A UFPE na sua prática de investimentos com recursos oriundos das agências oficiais de fomento, conforme **Quadros 02 e 03**, abre caminhos para o SIB/UFPE intensificar a execução de projetos voltados ao desenvolvimento de infraestruturas de pesquisas e de preservação de acervos nas bibliotecas.

A Resolução 2828/2001 dispõe sobre a constituição e funcionamento das agências oficiais de fomento, onde no Art. 3º, inciso III, elas atuam na prestação de serviços de consultoria e de apoio financeiro, na condição de agentes.

As agências disponibilizam recursos não reembolsáveis como uma das modalidades de apoio financeiro BNDES (2014b); FINEP (2014), evidenciando demonstrarem ser do interesse das bibliotecas da UFPE.

Em resposta ao questionamento inicial desta pesquisa, e a partir do que foi abordado sobre as agências oficiais de fomento, os elementos de diretrizes reúnem condições para serem considerados numa discussão sobre investimentos com recursos externos nas bibliotecas da UFPE, na perspectiva de enquadramento do SIB nessas diretrizes.

Conforme Bastos (2003), destacam-se a modernização e a ampliação da infraestrutura de C&T, envolvendo universidades, centros de pesquisas e setor produtivo. Ao considerar a FINEP (2012b), os elementos de diretrizes que merecem destaque são investimentos em redes de informática; em serviços de bibliotecas; em planos de desenvolvimento institucional em infraestrutura de pesquisas científicas e tecnológicas; e em projetos voltados a novas modalidades em C,T & I.

No que se refere ao BNDES (2014b) merecem destaque os elementos de diretrizes relacionados à catalogação; à higienização; ao acondicionamento; à restauração; ao gerenciamento ambiental; e à instalação de sistemas de segurança, infraestrutura e visitação.

As referidas diretrizes possuem estreita relação com a mudança de paradigmas estabelecida nas bibliotecas da UFPE, não apenas no sentido das formas de financiamento, mas principalmente, quanto à substituição e ou atualização dos recursos tecnológicos de organização e de acesso à informação.

Trazer à discussão os elementos de diretrizes dos fundos setoriais CT-INFRA da FINEP e do Programa de Preservação de Acervos do BNDES, possibilita ao SIB/UFPE um grande passo na direção da intensificação do paradigma da informação, tendo em vista a certeza de que as necessidades das bibliotecas podem ser enquadradas nas ações operacionais ou nas diretrizes dos fundos setoriais das agências oficiais de fomento.

É necessário às bibliotecas da UFPE estarem atentas à publicação dos editais de chamadas dos fundos setoriais da FINEP e do BNDES. No caso do CT-INFRA da FINEP é conveniente ao SIB/UFPE observar as orientações do Chefe do Departamento de Engenharia e Infraestrutura do Órgão, para a elaboração do projeto a fim de concorrer aos recursos disponibilizados pelo CT-INFRA:

“[...] ser uma proposta institucional coerente com o plano de desenvolvimento, visar à consolidação da competência já instalada em pesquisa e ter característica multiusuária, para reforçar vários grupos atuantes em pesquisa” (ROSA, 2009 apud UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2009, não paginado).

Rosa (2009, apud, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2009) acrescenta que o número total de doutores referencia o valor global máximo solicitado por proposta. Como também, os conceitos dos programas de pós-graduação da instituição requerente é uma importante condição para a liberação dos recursos.

Quanto ao Programa Preservação de Acervos do BNDES, as instituições requerentes ao financiamento podem tomar como base o roteiro com procedimentos para a elaboração dos projetos (item 2.4). Os projetos, baseados no roteiro, devem ser apresentados ao BNDES a fim de compor um cadastro reserva para serem avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nas chamadas públicas do Banco.

Um ponto que merece destaque numa possível discussão sobre investimentos com recursos externos nas bibliotecas da UFPE, mesmo que não figure entre os elementos de diretrizes analisados nesta pesquisa, é a importância e a relevância da FADE, na sua condição de Fundação de Apoio, e também por ter legitimidade junto às agências de fomento para atuar como intermediária entre a UFPE e as agências, conforme a Lei nº 8958/1994:

Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas. (BRASIL, 1994, não paginado).

A Lei nº 8958/1994, o Art. 3ºA também estabelece as atribuições das fundações de apoio quanto à execução dos convênios, onde não é necessário o envolvimento das bibliotecas da UFPE nessas atribuições, legitimamente delegadas à FADE:

- I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
- II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e
- III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente. (BRASIL, 1994, não paginado).

Acrescentam-se às atribuições, as trazidas pelo Decreto nº 7423/2010, no Artigo 1º, parágrafo único na perspectiva das fundações de apoio criarem condições para um bom relacionamento entre as instituições apoiadas e o ambiente externo:

[...] dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo. (BRASIL, 2010, não paginado).

Portanto, os elementos de diretrizes dos fundos setoriais das agências de fomento evidenciam a prática do financiamento com recursos externos junto às bibliotecas da UFPE, e demonstram reunir condições de contribuir com uma discussão como uma das respostas ao questionamento inicial desta pesquisa.

Já os elementos que sinalizam crise nas formas de financiamento das bibliotecas da UFPE representam possíveis fatores de causa e de soluções para a atual escassez de recursos.

Entre os elementos, as intervenções externas na educação superior através do BM, promoveram instabilidades nas políticas educacionais dos países periféricos.

No Brasil, as condições impostas pelos organismos internacionais levam o Governo Federal, a partir de 1989 a 2002, a elaborar uma política para a educação

superior caracterizada pelo desinvestimento nas universidades federais e pela promoção do ensino técnico e profissionalizante para atender ao mercado, e incentiva a criação de instituições não universitárias e privadas de ensino superior.

O Estado passa a atuar como agente regulador e fiscalizador, e transfere para as instituições privadas de ensino superior e profissionalizante a responsabilidade pela formação da demanda social.

Como as outras IFES, isso significa que a UFPE passa a amargar sérias restrições orçamentárias, sinônimos de crise financeira e de investimentos, levando a Universidade a procurar outras fontes de recursos, como os oriundos das agências oficiais de fomento, conforme **Quadros 02 e 03**, no sentido de uma possível solução para a escassez de recursos financeiros.

[...] Cada vez mais, o financiamento das despesas de custeio e de capital mais específicas dessas atividades tem sido feito com recursos captados de fonte governamental (federal, estadual e municipal) e privada. A maior parte do financiamento da pesquisa, anteriormente os recursos obtidos das agências de fomento do governo federal, apóia-se atualmente nos Fundos Setoriais. (PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA UFPE, 2003, p.20).

Através do PEI e do PDI, a UFPE legitima e reconhece a crise, e em relação ao SIB/UFPE expressa necessidades de investimentos e incentiva as bibliotecas, como os demais órgãos, a alocar recursos de outras fontes para a execução de projetos e ações de infraestruturas de pesquisas, conforme **Quadros 01 e 04**.

Portanto os elementos sinalizadores de crise não apontam apenas para a crise financeira, mas indicam caminhos institucionais para as bibliotecas se movimentarem na direção de uma solução para os problemas de infraestrutura que, atualmente, impactam negativamente na missão e no funcionamento do SIB/UFPE.

Melo (2013) chama atenção para a problemática ao levantar informações sobre a situação das bibliotecas da UFPE frente à mutabilidade de paradigmas, e sugere um estudo sobre investimentos como forma de solucionar as deficiências estruturais no SIB/UFPE:

[...] o problema de infraestrutura inadequada e sem qualidade compromete diretamente os serviços disponibilizados pelas bibliotecas da UFPE. Pelos relatos percebe-se um oferecimento de coleções digitais e de materiais multimídias, porém, não há equipamentos adequados para a utilização e acesso dessas coleções. Esse é um indicador de que o investimento precisa ser estudado para suprir essas deficiências. (MELO, 2013, p. 83).

Uma possível discussão sobre investimentos com recursos externos nas bibliotecas da UFPE precisa considerar o peso político, representado pelo reconhecimento institucional da Universidade quanto ao uso desses recursos como fontes de investimentos em todo o contexto do SIB/UFPE, como também, pelo fato da Universidade já possuir essa prática por mais de dez anos diante de uma ínfima participação do SIB/UFPE no mesmo período, conforme **Quadros 02 e 03**.

Quanto aos elementos que sugerem uma reflexão sobre a necessidade de investimentos no SIB/UFPE, os elementos ambientais propõem o monitoramento do ambiente em que o SIB se insere e atua, a fim de compreender como esse ambiente interfere na operacionalização e no funcionamento das bibliotecas, a partir da evidência de que a pouca participação do SIB/UFPE, no tocante à execução de projetos com recursos entre 2004 e 2013, conforme **Quadros 02 e 03**, é sinal do não monitoramento do ambiente organizacional da UFPE pelas bibliotecas.

O SIB/UFPE demonstra não estar atento ao paradigma de financiamento em elevação praticado pelos demais órgãos da UFPE, mantendo-se ainda dependente do paradigma de financiamento que apresenta sinais de crises, como constatado por Melo (2013), ao confirmar o SIB/UFPE ainda dependente de recursos escassos e das multas para resolver problemas emergenciais, entre outros.

Essa dependência do SIB/UFPE de um paradigma de financiamento em crise propõe uma reflexão sobre o risco do continuísmo do desmonte da universidade pública, resultante da adesão do governo brasileiro ao projeto neoliberal, e concebido pela política do BM, o que conseqüentemente, pode resultar na deterioração e perda da memória institucional da UFPE, representada pela produção intelectual de professores e servidores da Instituição, e presente nos acervos das bibliotecas da Universidade.

É uma oportunidade para o SIB/UFPE refletir sobre os elementos ambientais organizacionais, na perspectiva de assumir a capacidade de financiar-se na direção de uma biblioteca universitária que se amplia, e se transforma em espaço virtual ao assumir um novo sentido de lugar para si mesma, caracterizado pelo oferecimento de produtos e serviços vinculados ao acesso à informação, em conformidade com processos de atualização.

E essa capacidade de financiar-se está atrelada a um processo de formação continuada, e de disposição da UFPE em qualificar os servidores das bibliotecas na

direção do conhecimento de outras formas e políticas de financiamento, diferenciadas das tradicionalmente praticadas pela Universidade.

Os elementos tecnológicos também são respostas à pergunta inicial desta pesquisa, por sugerir a materialização dos resultados de possíveis investimentos com recursos externos nas bibliotecas da UFPE.

Como também, podem resultar do monitoramento do ambiente organizacional, interno e ou externo, pelo SIB/UFPE a fim de preencher as lacunas constatadas por Melo (2013) como ausência de infraestrutura para o oferecimento de serviços básicos, falta de equipamentos e de manutenção desses equipamentos, além da falta de espaços físicos adequados para a execução de pesquisas, principalmente voltados para pessoas portadoras de deficiências.

São elementos que mostram como o SIB/UFPE é um campo amplo de investimentos com recursos externos, desde que estejam condicionados a uma mudança de comportamento dos profissionais atuantes nas bibliotecas.

Valentim (1995) chama a atenção para a questão da atuação dos profissionais ainda no paradigma do acervo, e aponta a falta de investimentos na organização para investir em educação continuada e desenvolver trabalhos com base no paradigma da informação.

Acrescenta-se que os elementos comportamentais versam em torno, não apenas da atuação dos profissionais, mas também na mudança de perfil dos usuários provocada pelos elementos tecnológicos.

São elementos inerentes aos ambientes internos e externos das bibliotecas universitárias federais e reúnem condições de subsidiar uma discussão sobre investimentos nas bibliotecas da UFPE com recursos externos.

As respostas à pergunta inicial desta pesquisa formam um misto de razões que podem chamar a atenção do SIB/UFPE, para o aproveitamento das oportunidades institucionalmente reconhecidas e praticadas pela UFPE através das agências de fomento.

Diante do exposto, acredita-se que os resultados desta pesquisa mostram que o SIB/UFPE possui à disposição elementos legitimados pelos autores e por documentos institucionais, para subsidiarem uma possível discussão sobre a utilização de recursos externos para investimentos nas bibliotecas da UFPE.

É preciso salientar que a transição de paradigmas, tanto nas formas de financiamento quanto em relação à mutabilidade de paradigmas, referentes ao

acervo e à informação, precisam ser considerados pelo SIB/UFPE numa perspectiva positiva, porque os investimentos com recursos externos são legitimados pela UFPE e, também, devido à maior possibilidade de concretização de ações e projetos no âmbito das bibliotecas.

Os recursos externos precisam fazer parte do cotidiano do SIB/UFPE. Se possível, a partir do estabelecimento de uma comissão ou grupo de trabalho interdisciplinar (GTI) com o envolvimento de profissionais especializados nas áreas do Direito Público, de Finanças Públicas, de Gestão Pública e de Biblioteconomia, a fim de iniciar uma discussão sobre o uso desses recursos, como resultado de uma política de informação e de investimentos nas bibliotecas da UFPE.

O estudo em questão apresenta sugestões a um possível GTI para serem consideradas numa discussão sobre a utilização de recursos externos nas bibliotecas da UFPE:

- Abordar as oportunidades presentes nos ambientes interno e externo ao SIB e à UFPE, com o intuito de verificar possibilidades de futuro, como as inovações tecnológicas e as oportunidades de qualificação e de atualização dos profissionais das bibliotecas, através da educação continuada.
- Refletir sobre as intervenções do BM na educação superior do Brasil, e as consequências dessas intervenções nas bibliotecas da UFPE;
- Tratar do enquadramento das bibliotecas da UFPE nas políticas estabelecidas pelas agências oficiais de fomento, na perspectiva de apresentação de projetos mais familiarizados com as proposições dos fundos setoriais, e na certeza da aprovação dos projetos para o recebimento dos recursos;
- Discutir a importância e a relevância da FADE como fundação de apoio, a partir de suas atribuições estabelecidas em documentos oficiais;
- Analisar itens relacionados ao SIB/UFPE constantes nos instrumentos de gestão, como o PDI e PEI, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos problemas de infraestrutura nas bibliotecas e ao incentivo à busca por outras fontes de recursos.

Portanto, os elementos verificados demonstram que a suposição deste estudo se confirma porque tais elementos trazem situações que apontam para soluções dos problemas enfrentados pelas bibliotecas da UFPE

Esta pesquisa é finalizada com a sensação de objetivo atingido, e certa de que o estudo sobre Recursos Externos: um paradigma em discussão no contexto

das bibliotecas da UFPE possui caráter inicial, porque abre caminhos para outras pesquisas sobre a gestão de recursos em bibliotecas universitárias federais, principalmente por contribuir para o aumento da literatura sobre o tema, dificuldade sentida durante a execução desta pesquisa.

Também abre perspectivas a novos investimentos em infraestruturas de pesquisas e em novos produtos e serviços de informação. A própria UFPE deve criar mecanismos para incentivar as mudanças necessárias para que as bibliotecas passem a ser detentoras de infraestruturas mais apropriada ao exercício das atividades, voltadas à disseminação da informação, como propósito à produção de pesquisas e de conhecimentos, e assim fazer com que o SIB/UFPE cumpra, de forma mais eficiente, suas atribuições atreladas aos pilares de sustentação da UFPE: o ensino, a pesquisa e a extensão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: Estado x Mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BASTOS, Valéria Delgado. Fundos Públicos para Ciência e Tecnologia, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 229 – 260, dez. 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Politica_Industrial_e_Tecnologica/200312_8.html>. Acesso em: 27 mar. 2014.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In.: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BNDES: um banco de história e de futuro. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf>.

Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. **Roteiro de Elaboração de Projetos para o Programa de Preservação de Acervos do BNDES**. BNDES: [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/Roteiro_Acervo2010.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2014.

_____. **Chamada Pública Preservação de Acervos**. Rio de Janeiro: BNDES, 2013?. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/programa.html>. Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **História**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014a. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html>. Acesso em: 21 mar. 2014

_____. **Recursos Não Reembolsáveis**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014b. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Recursos_Nao_Reembolsaveis/index.html>. Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **Resultados de editais anteriores**. Rio de Janeiro: 201-. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Acervos/Chamada_Publica_2010/editais_anteriores.html>. Acesso em: 09 mar. 2014

BRASIL. **Constituição** (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.

_____. Portal da Transparência. **Sobre o Portal**. [Brasília] : Controladoria-Geral da União, 2004. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/faleConosco/>>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Decreto nº 1.808**, de 7 de fevereiro de 1996. Aprova o Estatuto da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1808.htm>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____. **Decreto nº 4.418**, de 11 de outubro de 2002. Aprova novo Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4418.htm>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **Decreto nº 7.423**, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 719**, de 31 de julho de 1969. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0719.htm>. Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. **Lei nº 1628**, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. **Lei nº 8958**, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm>. Acesso em: 09 fev. 2014.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Lei nº 12.309**, de 09 de agosto de 2010. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12309.htm>. Acesso em: 09 fev. 2014.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Fundações de Apoio**: apresentação. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12508:fundacoes-de-apoio-apresentacao&catid=336:fundacoes-de-apoio&Itemid=1017>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

_____. **Resolução nº 2828**, de 2001. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2828_v4_L.pdf>. Acesso em 12 mar. 2014.

CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum**: conversas com pessoas notáveis. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/docentes/educ/alberto/page_download/DELINEAMENTO_2010/6%AA%20AULA_CHIZZOTTI.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

COELHO NETTO, J. T. Do paradigma do acervo para o paradigma da informação. In.: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1., 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996. p. 15-30.

CUNHA, Murilo Bastos da. A Biblioteca Universitária na encruzilhada, **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.11, n.6, dez., 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009513&dd1=1a0ff>>. Acesso em 27 maio 2014.

DERENUSSON, Maria Sylvia. Marco zero: A criação da FINEP, **Inovação em pauta**, Rio de Janeiro, n. 11, abr. – jun., 2011. Disponível em: <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/finep/?numero=11>> . Acesso em: 06 fev. 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje, **Universidade e Sociedade**, ano 11, n.27, jun./2002, p. 129 – 144.

_____. Cidadania e racionalidade de classe, **Universidade e Sociedade**, ano 06, n.11, jun./1996, p. 130 – 139.

DIB, Simone Faurly; SILVA, Neusa Cardim da. Unidade de Negócio em Informação – UNINF: o futuro das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento, **Perspectiva em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 20-31, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio 2014.

ESTATUTO Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. [Recife]: FADE, 1981. Disponível em: <<http://www.fade.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

FEBRABAN. **Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: FEBRABAN, 2009. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=31>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FINEP. **O que são os fundos**. Brasília, DF: FINEP, 2012a. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos_o_que_sao>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **CT-INFRA: o que é**. Brasília, DF: FINEP, 2012b. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos_ctinfra>. Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **O que apoiamos**. Brasília, DF: FINEP, 2014. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/como_obter_financiamento/o_que_apoiamos.asp>. Acesso em: 21 mar 2014.

_____. **Ação Transversal: o que é?**. Brasília, DF: FINEP, 2013. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos_acao_transversal>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Chamadas Públicas Encerradas/Resultados**. Brasília, DF: FINEP, 201-. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/editais/encerrados.asp?codigoFonte=2>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

FRANÇA, Carlos Marshal; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O Banco Mundial na educação superior brasileira: de ilustre desconhecido nos anos 1980 a protagonista nos anos 1990, **Universidade e Sociedade**, ano 12, n. 52, jul./2013, p. 102 – 115.

GIANNETTI, Roberto. **A Moratória Brasileira e os antecedentes do Plano Brady**. [S.l.:s.n.], 1993?. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Giannetti.MoratoriaBrasileira.pdf>>. Acesso em 01 maio 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

GONZÁLEZ, F. ¿Que es un paradigma? Análisis teórico, conceptual y psicolingüístico del término. **Investigación y Postgrado**, Caracas, v. 20, n. 1, p. 1, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-00872005000100002>. Acesso em: 03 dez. 2013.

HOLANDA, Chico Buarque. **Frases**. [S.l.: s.n.], [entre 2010 e 2014]. Disponível em: <<http://frases.globo.com/chico-buarque/4908>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates; 115).

LAMPERT, Ernani. O desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia, **Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**, v. 7, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1342/1151>>. Acesso em: 05 maio 2014.

LONGO, Waldimir Pirró. De um passado glorioso a um futuro brilhante, **Inovação em pauta**, Rio de Janeiro, n.7, ago. – out., 2009. p. 35 – 38. 40 anos FNDCT.

MARCANTONIO, Roberto. **Renegociação da Dívida Externa: necessidades e possibilidades**. [S.l.:s.n.], 1990. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CEcQFjAF&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Findicadores%2Farticle%2Fdownload%2F346%2F580&ei=uNhjU_jSOa_NsQTQw4DgCg&usg=AFQjCNG8w5D_FwraYPkdreeNctzzvKbSgA>. Acesso em: 02 maio. 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. Michel Serres: os fluxos e a estática do movimento. In.: **“A Nova Teoria da Comunicação propõe um novo olhar para o processo que se chama comunicação”**. São Paulo: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/artigo12d.html>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Humberto Falcão. **Fragmentação e intersetorialidade**: em busca de uma agenda da integração. [São Paulo]: [FUNDAP], 2004.

MELO, Lílian Lima de Siqueira. **O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE e sua atuação frente à mutabilidade de paradigmas**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MENDES, Iba. **“Anomalia e Crise” em Thomas Kuhn**. [s.l.:s.n.], 2011. Disponível em: < <http://www.ibamendes.com/2011/01/anomalia-e-crise-em-thomas-kuhn.html>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MYAMA. **Instituição financeira bancária e não bancárias**. [S.l.:s.n.], [2014?]. Disponível em: <<http://myama.com/instituicao-financeira-bancaria-e-o-nao-bancarias/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PLANEJAMENTO Estratégico para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE. [Recife]: UFPE, [2011].

PLANO de Desenvolvimento Institucional: PDI 2009/2013. Recife: UFPE, 2010. Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16 dez. 2010.

PLANO Estratégico da UFPE: Visão, Missão, Valores, Objetivos e Tópicos Estratégicos. Recife: UFPE, 2003. Disponível em: <http://www.ufpe.br/proplan/images/Planejamento_Estrategico_Institucional-UFPE.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

POLÍTICA & Economia. **Os efeitos do consenso de Washington na economia brasileira**. [S.l.:s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>>. Acesso em: 02 maio 2014.

REGIMENTO do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 abr. 1986, seção 1, p. 6225. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3474903/pg-61-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-04-1986>>. Acesso em: 05 maio 2014

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000100012&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2014.

RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca. Os paradigmas das ciências e seus efeitos na composição dos campos científicos: a instituição da Ciência da Informação,

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.11, n. 04, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008968&dd1=32aa7>>. Acesso em 19 jan. 2014.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

SIB. **História**. Recife: UFPE, 2009. Disponível em: <http://www.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=260>. Acesso em: 31 mar. 2014.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/cpba/cadtec/comtec_sas1.htm>. Acesso em: 29 maio 2014.

SILVEIRA, Maicon Cândido da. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC, **Revista Senso Comum**, n. 1, 2009, p. 50 – 66. Disponível em: <<http://www.xanta.milharal.org/pkp/ojs/sensocomum2/index.php/revista/article/view/9>>. Acesso em: 02 maio 2014.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Gestão de recursos humanos em bibliotecas universitárias: reflexões, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 126-141, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n2/10.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

TARGINO, M. das G. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/2645>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; RAPPEL, Eduardo. PADCT: uma alternativa de gestão financeira para C & T, **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 113 – 118, out. / dez. 1991.

UNESCO. **Memória do Mundo**: Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. ed. rev. Bangkok: Unesco, 2001. Elaborado por Ray Edmondson. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>>. Acesso em: 30 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Representante da FINEP orienta pesquisadores sobre o CT-Infra/Proinfra**. Juiz de Fora: Secretaria de Comunicação, 2009. (Ufjf Acontece). Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/secom/2009/12/03/representante-da-finep-orienta-pesquisadores-sobre-o-ct-infracproinfra/>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia.

Informação & Informação, Londrina, v. 0, n. 0, p. 2-6, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001472&dd1=54a82>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.